ISSN: 2674-5801

Cadernos do Cáucaso

Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso

Revista eletrônica do Grupo de Pesquisa de Política Internacional

EDIÇÃO ESPECIAL:

100 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1917 NA RÚSSIA E OS DESTINOS DO CÁUCASO DO SUL

Volume 2, N. 2, Julho a Dezembro de 2018

Grupo de Pesquisa de Política Internacional

Revista eletrônica do Grupo de Pesquisa de Política Internacional

2019

Cadernos do Cáucaso - Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso.
Grupo de Pesquisa de Política Internacional.
Ano 2, v. 2, n.2. p.58.
Rio de Janeiro: GPPI, 2019.
Semestral
ISSN: 2674-5801
Estudos dos Países do Cáucaso. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Grupo de Pesquisa de Política Internacional

Endereço: Prédio Anexo do CFCH, 3º Andar. Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro – RJ. CEP 22290-140
Tel: 55 21 39385129
E-mail: ccibb12@yahoo.com
Site: www.gppi-ufrj.com

Revisão:
Rodrigo Daniel Paiva Monteiro de Carvalho

Apoio Técnico:
Lorran Ícaro Moreira de Lima
Raquel Cândido Pandolfi

Montagem Capa:
Raquel Cândido Pandolfi

Imagens da Capa:

Fragmento do mapa "Osvobojdêmie Zakavkázia (aprel 1920 g. - aprel 1921 g.)", extraído de "Grajdánskaia voiná i vioênnaia intervêntsia v SSSR. Entsiklopêdia. Moskva: Sovêtskaia Entsiklopêdia, 1983".

Cartaz "To the peoples of the Caucasus" (1920), Artist: D. Moor. Disponível em: https://www.rbth.com/multimedia/pictures/2013/09/12/soviet_propaganda_posters_directed_at_the_oriental_prolet_29757. A

CADERNOS DO CÁUCASO- REVISTA DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DOS PAÍSES DO CÁUCASO

Ano 2 – Volume 2 – Número 2 – Janeiro a Junho/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Roberto Leher

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊCIAS HUMANAS

Decano:Marcelo Macedo Corrêa e Castro

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS

Diretor: Vantuil Pereira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

Coordenador: Fábio de Souza Lessa

GRUPO DE PESQUISA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Coordenador: Alexander Zhebit

CONSELHO EDITORIAL

Alberico Teixeira dos Anjos

Alexander Zhebit

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

Jorge Luiz Pereira Ferrer

Patrícia Rivero

Rodrigo Daniel Paiva Monteiro de Carvalho

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Lorran Ícaro Moreira de Lima

Raquel Cândido Pandolfi

Sumário

EDITORIAL
Alexander Zhebit.....6

A PAZ DE BREST DE 1918 E SUA REPERCUSSÃO SOBRE O CÁUCASO DO SUL
Alexander Zhebit.....8

ENCRUZILHADA DE INTERESSES: AS INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS NA TRANSCAUCÁSIA (1917-1921)
Rodrigo Monteiro de Carvalho.....21

O ESTABELECIMENTO DO PODER SOVIÉTICO NA TRANSCAUCÁSIA
Alexander Zhebit; Lorran Lima.....37

OS TRATADOS DE SÈVRES E DE LAUSANNE E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O CÁUCASO DO SUL
Jorge Luiz Pereira Ferrer.....49

SOBRE OS AUTORES DESTA EDIÇÃO.....58

Editorial

Este número da Revista "Cadernos do Cáucaso" reflete a pesquisa, referente às repercussões da Revolução de 1917 na Rússia sobre o Cáucaso do Sul, realizada em 2017, pelo Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso e pelo Grupo de Pesquisa de Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O propósito da pesquisa foi analisar tanto o contexto histórico internacional e a repercussão da Primeira Guerra Mundial, da Revolução de 1917, os reflexos das intervenções estrangeiras e da Guerra Civil na Rússia sobre o Cáucaso do Sul (1918-1921), quanto o processo da formação de Estados nacionais transcaucasianos e sua relação com a Federação Soviética Socialista da Rússia com base nos tratados no âmbito da Guerra Mundial e posteriores a seu término, que influenciaram a geopolítica do Cáucaso do Sul e seu rumo posterior.

O número abre com o artigo de Alexander Zhebit sobre a Paz de Brest-Litovsk. A Paz de Brest (1918), conhecido por tirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, aparece como um acontecimento histórico muito mais abrangente do que se depreende meramente do seu impacto militar, quando visto à luz do paradigma da "revolução mundial" ou através da ótica oficial soviética de um "fôlego" na guerra. Como um motivo fundamentar para o desmembramento da Rússia no fim da Primeira Guerra Mundial, que contribuiu para a eclosão da Guerra Civil e para a intervenção estrangeira na Rússia (1917-1922), a Paz de Brest introduz uma nova fase geopolítica do ex-Império Russo e um novo rumo para a evolução da política europeia.

O artigo de Rodrigo Monteiro versa sobre o desmantelamento das estruturas de poder da Rússia ao sul do Cáucaso, o que abriu espaço para incursões de forças estrangeiras que passaram a disputar pela posse dos vastos recursos naturais e pelo controle desse território estratégico. O artigo dedica-se a traçar um panorama histórico das intervenções na Transcaucásia – da Alemanha, da Turquia e da Grã-Bretanha - durante o conturbado período que se estende da abolição do Império Russo, em meio aos conflitos da Primeira Guerra Mundial, até a efetiva sovietização das repúblicas caucasianas, em 1921.

O artigo seguinte empreende o objetivo de explicar o processo da sovietização da Armênia, do Azerbaijão e da Geórgia, após suas independências adquiridas em 1918, com implicações em guerras regionais, na mudança das fronteiras e na posterior política da região. Seus autores, Alexander Zhebit e Lorran Ícaro Moreira de Lima, entendem que o estabelecimento do poder soviético na Transcaucásia foi um processo complexo, marcado por

contradições, influências externas e mudanças de posicionamento da Rússia no contexto da Primeira Guerra Mundial, da revolução e da guerra civil. A Transcaucásia, durante esse período, mostrou-se suscetível às intervenções externas que, somadas aos conflitos entre as três repúblicas e seus aliados externos, tornaram o terreno favorável para a conquista bolchevique. A sovietização da Transcaucásia aconteceu por meio da força militar da República Socialista Federativa da Rússia, auxiliada pela rebeliões comunistas e dos sovietes, principalmente após o rompimento da resistência e a ulterior derrota das forças "brancas" no Cáucaso do Norte, significando a aceitação, pelos três países transcaucasianos, mergulhados nas crises, nas guerras intestinas, nas situações de intervenções e de ocupações estrangeiras, da autoridade estatal protetora dos interesses destes países e povos transcaucasianos.

O artigo de Jorge Ferrer visa explicar a complexa conjuntura pós-Primeira Guerra Mundial na Ásia Menor e na Turquia, analisando a revogação do Tratado de Sèvres e a conclusão do Tratado de Lausanne. Demonstra que a aproximação da Turquia kemalista e da Rússia soviética fortaleceu as posições internacionais turcas, principalmente devido ao fator externo da estabilização das fronteiras do Norte com as repúblicas soviéticas do Sul do Cáucaso, que se confirmou mediante a assinatura dos Tratados de Moscou e de Kars, em 1921. O autor entende que sem estes Tratados e sem a aliança geopolítica com a Rússia, a Turquia poderia ficar confinada ao espaço territorial da Anatólia, após ceder uma grande parte de seus territórios à Grécia, à Itália e aos países do Sul do Cáucaso, com base na deliberação da Conferência da Paz em Paris em Sèvres.

Resumindo o significado deste número, há de assinalar que ele foi construído como uma edição temática, com o intuito de revisitar e reavaliar, com base em historiografias mais recentes, as raízes da inserção da região do Cáucaso do Sul nas relações internacionais há cem anos, com inevitáveis projeções para a conjuntura regional e internacional nos dias de hoje.

Rio de Janeiro, março de 2019

Prof. Dr. Alexander Zhebit

Editor

Cadernos do Cáucaso-Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso
Grupo de Pesquisa de Política Internacional -UFRJ
ISSN: 2674-5801 site: www.gppi-ufrj.com

A PAZ DE BREST DE 1918 E SUA REPERCUSSÃO SOBRE O CÁUCASO DO SUL

Alexander Zhebit[1]

Resumo

A Paz de Brest (1918), conhecido por tirar a Rússia da Primeira Guerra Mundial, vislumbra-se como acontecimento histórico muito mais abrangente do que se depreende meramente do seu impacto militar, quando visto sob a luz do paradigma da "revolução mundial" ou através da ótica oficial soviética de um "fôlego" na guerra. Fundamental tanto para ser um motivo para o desmembramento da Rússia no fim da Primeira Guerra Mundial, quanto para contribuir para a eclosão da Guerra Civil e a intervenção estrangeira na Rússia (1917-1922), a Paz de Brest apresenta-se ainda como justificativa legal para separatismos em todo o território do antigo Império Russo. As independências das Repúblicas transcaucasianas, que desde então se transformaram em zonas de intervenção e de ocupação, primeiro, da Turquia e da Alemanha, e depois, da Inglaterra, e que tinham como causas a paz da Rússia com as potências centrais e o seu consequente abandono dos povos nos territórios, ocupados pelos intervencionistas ou combatidos pelos movimentos de oposição ao poder soviético, são exemplos deste impacto.

Palavras-chave: A Paz de Brest; a Primeira Guerra Mundial; a Guerra Civil na Rússia (1917-1922); a intervenção estrangeira da Rússia (1917-1922); o Cáucaso do Sul (Transcaucásia).

Abstract

The Peace of Brest (1918), a.k.a. for pulling Russia out of World War I, is seen as a historical event far more comprehensive than it is derived from its mere military impact, when seen in the light of the paradigm of "world revolution" or through the official Soviet optics of a "breath" in the war. Fundamental both as a motive for the dismemberment of Russia at the end of World War I, and as a contribution to the outbreak of the Civil War and to the foreign intervention in Russia (1917-1922), the Peace of Brest also presents itself as a legal justification for separatisms throughout the territory of the former Russian Empire. The independence of the Transcaucasian Republics, which since then became zones of intervention and occupation, first, by Turkey and Germany, and afterwards, by Great Britain, and that were caused by this Russian peace with the Central Powers and its consequent abandonment of the peoples in the territories occupied by the interventionists or fought by the movements of opposition to the Soviet power, are examples of this impact.

Keywords: The Peace of Brest; World War I; Civil War in Russia (1917-1922); Foreign Intervention in Russia (1917-1922); Southern Caucasus (Transcaucasus).

1. Professor associado, doutor em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: alex@cfch.ufrj.br

1. Introdução

Os três primeiros Decretos do governo bolchevique da Rússia em outubro-novembro de 1917 legitimaram as três revoluções que já estavam acontecendo na Rússia, desde a revolução de fevereiro. O Decreto da Paz legalizou a revolução dos soldados contra a guerra, o Decreto da Terra legitimou a revolução dos camponeses pela distribuição da terra e a Declaração sobre os Direitos dos Povos da Rússia proclamou a autodeterminação dos povos, até a completa secessão.

Os apoiadores nos governos provisórios de levar a guerra ao fim vitorioso perderam o terreno político, econômico e popular ainda antes da conquista do poder pelo partido bolchevique. O Decreto da Paz, primeiro documento do novo governo, oficializou armistícios entre a Rússia e as potências centrais, estabelecidos *de facto* em diferentes períodos de 1917, tanto na parte europeia quanto asiática, e conclamou para a realização imediata de negociações de "paz democrática". O apelo à paz refletiu, por um lado, o estado crescente de decomposição das forças armadas russas, influenciadas pela propaganda pacifista de sociais-democratas, mas, sobretudo, cansadas do esforço de guerra e das perdas territoriais e humanas sofridas, e, por outro, a condição de desgaste das forças inimigas e a intenção das potências centrais de tirar a Rússia do conflito. O Reino polonês, a Lituânia, a Liflândia, a Estlândia, a Curlândia e as partes ocidentais da Rússia, já ocupadas pelas forças alemães, e a Finlândia eram alvos de anexação alemã. As perdas humanas russas na Primeira Guerra mundial, segundo fontes diferentes, variaram de 1.861.000 e 2.500.000, sendo acrescidos por 3.638.000 dos prisioneiros e desaparecidos e ainda por 2.762.000 feridos, totalizando mais de 8 milhões de pessoas atingidas pela guerra. (POKHLIEBKIN: 1999, p.57)

Segundo a historiografia soviética, a negociação da paz com o objetivo de se retirar da Grande Guerra tornou-se um imperativo para a sobrevivência do Estado soviético na parte não ocupada da Rússia. Concordando com a paz "vergonhosa" com potências centrais, que daria "fôlego" ao governo bolchevique para defender o país da contrarrevolução, Vladimir Lênin teria previsto uma pouca duração do Tratado de Paz, revogado após a "revolução de novembro de 1918, que derrubou a monarquia de Kaiser".(DIPLOMATICHESKIY: 1994, p.155) Refletindo fortemente o paradigma estadocêntrico, a historiografia soviética ocultava o lado ideológico das negociações e da conclusão da paz. Dentro do paradigma revolucionário, a Paz de Brest[2] estava ligada a uma questão mais geral do que a sobrevivência da Rússia e do Estado soviético – ou seja, à questão da revolução mundial. A vitória da revolução mundial aconteceria, segundo o imaginário dos sociais-democratas europeus, a partir da deflagração da revolução na Alemanha, país na vanguarda do capitalismo desenvolvido. O líder bolchevique Vladimir Lênin seria, neste cenário, confinado a um papel de dirigente de uma ala russa do movimento socialdemocrata, embora radical, mas incondicionalmente subsidiária, se irrompesse uma revolução comunista na Alemanha. (FELSHTINSKY: 1991, p.8) As alas bolchevique e menchevique da socialdemocracia russa, ao acreditarem na vitória final de socialismo no mundo inteiro, apostavam na revolução na Alemanha, no apoio do proletariado socialista da Europa, que poderiam "salvar a revolução russa", "lutando ativamente para pôr fim à guerra mediante uma paz democrática" (TSERETELI apud FELSHTINSKY: 1991, p. 9).

2. A Paz de Brest é a designação da Paz e do Tratado da Paz de Brest-Litovsk na historiografia soviética e russa.

Porém, depois de Outubro de 1917, diferentemente do período anterior à revolução, esta questão teórica – a da revolução mundial – começou a ser avaliada do ponto de vista bem prático: o que importava mais: manter a todo custo o poder soviético na Rússia, onde a revolução socialista já aconteceu ou tentar incentivar uma revolução na Alemanha, mesmo às custas da perda do poder soviético na Rússia?

Se para a maioria de sociais-democratas a revolução na Alemanha foi avaliada como premissa e única garantia da manutenção de poder pelo Estado soviético também da Rússia, o ponto de vista de Lênin era diametralmente oposto a esta visão. Para ele, o bolchevismo não apenas conquistou o poder na Rússia, mas criou um fundamento para o avanço da revolução mundial e premissas para a deflagração de uma revolução comunista inclusive na própria Alemanha, da qual dependeria a vitória final do socialismo no mundo inteiro. A partir de outubro de 1917, Lênin atribuiu a si próprio um novo papel: para ele, chegou a hora de alcançar a vitória da revolução mundial sob a direção de seu partido e para a Rússia assumir e manter a liderança no movimento internacional socialista. (FELSHTINSKY: 1991, p. 10-11) Portanto, a ideia da revolução na Alemanha passou para o segundo plano diante da revolução vitoriosa na Rússia.

À luz desta mudança do paradigma e da visão de Lênin sobre a eventual revolução na Alemanha deve ser examinada a história das negociações em Brest-Litovsk de dezembro de 1917 a março de 1918, que acabaram pela assinatura do Tratado de Paz com a Alemanha e os países da Quadrupla Aliança.

A lógica de Lênin, nunca compreendida pelos líderes da ala radical do bolchevismo, foi seguinte: a) para que uma revolução na Alemanha acontecesse, a Rússia deveria sacrificar o poder soviético, já conquistado, lutando e perdendo provavelmente sua independência, de face à ofensiva alemã de 1917-1918; b) para resguardar a vitória da revolução na Rússia, uma eventual revolução na Alemanha não deveria acontecer, porque, neste caso, a Rússia se defrontaria com a Entente imperialista, sem qualquer proteção da parte da Alemanha, que sucumbiria com a revolução.(FELSHTINSKY: 1991, p. 12)

Um tratado de paz daria um "folego" não somente à Rússia, mas sobretudo à Alemanha, que melhoraria a posição estratégica e interna, e afastaria uma situação revolucionária, protegendo, destarte, a revolução na Rússia. Ainda em dezembro de 1917 os esquerdistas alemães tentaram impedir o início das negociações de paz entre a Rússia e a Alemanha, sob o pretexto de que um tratado de paz destruiria a expectativa de uma revolução na Alemanha. O líder dos comunistas alemães Karl Liebknecht via a garantia da vitória da revolução mundial na conquista de uma revolução alemã na Alemanha. Lênin via a questão de maneira diferente. Para ele, a revolução mundial aconteceria com a fortificação da revolução da Rússia, num jogo em cima das contradições entre a Quadrupla Aliança e a Entente. Liebknecht via a revolução mundial através da ótica de uma derrota da Alemanha na guerra. Lênin, ao avalizar a paz em separado, visava a manutenção da Alemanha na guerra quanto mais possível, temendo que o poder soviético seria derrubado pela Entente ou pela própria Alemanha, logo após a assinatura da paz no front ocidental. Mais simplesmente, com a conclusão da paz com a Alemanha, Lênin e seu partido continuariam no poder, mas sem o acordo com os alemães, eles perderiam este poder. (FELSHTINSKY: 1991, p. 12-14)

Na sua resposta à carta de Herman Fernau, socialdemocrata suíço, que apontou para uma contradição na política do partido bolchevique entre o Decreto da Paz, em que o governo soviético apelava aos trabalhadores dos países beligerantes a ajudar a Rússia de acabar com a exploração dos povos através da revolução mundial, e o fato da condução das negociações de paz com os países imperialistas, como a Alemanha e os aliados, Lênin escreveu: "Nós gostaríamos de salvar o nosso povo, que está perecendo por causa da guerra e ao qual esta paz é indispensável. Será que o senhor exige que, se os outros povos ainda se deixam ser exterminados, o nosso povo deveria fazê-lo também em prol de solidariedade?" (Lênin apud MILLER: 1997, p. 133)

1. As negociações de Brest e a conclusão do Tratado da Paz

Os primeiros contatos realizaram-se em 20 de novembro 1917, na cidade de Brest-Litovsk, centro distrital da província de Grodno, quando a delegação russa, dirigida por Lev Kamenev, presidente do VTsIK[3], propôs a conclusão da "paz democrática", declarada no Decreto, a "sem anexações e sem indenizações", que foi rejeitada pelos negociadores das potências centrais. As negociações formais de paz, que tirariam a Rússia da guerra, começaram em 02 de dezembro de 1917, à revelia da convenção militar, celebrada entre os aliados da Entente em 1914, que proibia acordos pacíficos com adversário. Elas foram conduzidas por Adolf Ióffe, da cúpula do partido bolchevique, e, em seguida, por Leon Trotsky, comissário do povo para assuntos estrangeiros. Contudo, elas não detiveram o avanço das forças alemães sobre a parte europeia da Rússia, que continuaram a ocupando, usando como pretexto a protelação das negociações pela parte do governo bolchevique.

A Polônia, as partes ocidentais da Rússia, as províncias bálticas de Curlândia, Estlândia, Liflândia, bem como partes das regiões da Anatólia Oriental na Transcaucásia, foram ocupadas pelos adversários da Rússia na Grande Guerra. As condições impostas pela Alemanha e os aliados, ou seja, a desistência a favor das potências centrais de todos os territórios do Império Russo em posse dos alemães e de seus aliados, avançadas nas negociações em 19 de janeiro de uma forma impositiva, provocaram debates acalorados dentro do partido bolchevique e entre os bolcheviques e socialistas-revolucionários (SRs) de esquerda, esse últimos categoricamente contrários à celebração de tratado da paz. A situação complicou-se depois da conclusão de um tratado da paz da Alemanha com a Rada Ucraniana[4] em 09 de fevereiro de 1918, que reconheceu a independência da República Popular da Ucrânia, estabelecida na parte ocupada pelos alemães.

A tática de protelação das negociações resultou do dilema que estas criavam para o governo bolchevique. Tentando conter a divisão dentro do partido e o rompimento com os SRs, bem como evitar uma repercussão negativa da pacificação com a Alemanha do Kaiser no seio da socialdemocracia europeia, Lênin e Trotsky, embora em medidas diferentes, atrasavam ao máximo a conclusão da paz, na expectativa de que a revolução na Alemanha se deflagraria de uma hora para outra, concordando em aceitar as condições predadoras da paz apenas depois de uma nova ofensiva das tropas alemães e não ante o ultimato.

3. VTsIK – abreviação do Comitê Central Executivo do Congresso dos Sovietes da Rússia (órgão executivo, legislativo e fiscalizador na Rússia soviética entre 1917 e 1936; de fato, o governo bolchevique).

4. Rada Central – a designação do governo independente da Ucrânia em 1917-1918.

Em 10 de fevereiro, Lev Trotsky rejeitou o ultimato alemão, rompeu as negociações e, ao repetir o slogan, aprovado em 11 de janeiro de 2018 pelo Comitê Central do partido "terminamos a guerra, não concluímos a paz, desmobilizamos o exército" (Apud OTECHESTVENNAYA: 2003, p. 172), retirou-se com a delegação oficial russa de Brest-Litovsk. No dia 18 de fevereiro as forças armadas alemães relançaram uma ofensiva geral sobre todo o front com a Rússia, forçando o governo russo a transferir a sua sede de Petrogrado a Moscou, abandonando a capital sob a iminência de ocupação pelas forças inimigas. No dia seguinte, Lênin e os seus partidários bolcheviques conseguiram, sob o pretexto de ganhar um "fôlego" na guerra, convencer os oponentes dentro do seu partido a aceitar a conclusão de um tratado de paz com as potências centrais. No dia 28 de fevereiro as negociações foram retomadas sob a direção da parte russa pelo membro do Comitê Central do partido Grigóri Sokolnikov.

Assinado em 03 de março de 1918 entre a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR), por um lado, e as potências centrais - a Alemanha, o Império Áustro-Húngaro, a Bulgária e a Turquia, por outro, e complementado por mais quatro tratados, firmados entre a RSFSR e cada um dos adversários, com a participação de todas as outras partes, o Tratado de Brest estabeleceu as condições onerosas da anexação de um território enorme, equivalente a um (01) milhão km2, povoado por 56 milhões de pessoas, ou seja por um terço da população do antigo Império Russo, com o potencial industrial e agrícola sem igual. As perdas territoriais equivaliam: a) na Europa: o Reino Polonês, a Galícia, da Bielorrússia Ocidental, a Curlândia, a Lituânia, parte da Letônia (Vidzeme, Riga), o arquipélago Moozund, tomadas pela Alemanha; b) no Cáucaso: as províncias de Ardagan, Kars e Batum, anexadas pela Turquia. Foi exigida a desmobilização imediata do exército czarista e do Exército Vermelho do governo soviético, a desminagem dos Mares Negro e Báltico e a retirada das tropas da RSFSR dos territórios ocupados ou cedidos à Alemanha e seus aliados. Entre as condições políticas de vulto estava a obrigação de conclusão do tratado da paz com a República Popular da Ucrânia e o reconhecimento dos tratados desta república com a Alemanha e os aliados. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 71-75)

Ao reconhecer a independência da Polônia, da Ucrânia, da Finlândia, das províncias bálticas e a secessão da Transcaucásia quase inteira à Turquia, a Rússia bolchevique se encolheu aos espaços territoriais comparáveis com a época do Pedro, o Grande, no início do século XVIII.

Quatro tratados complementares: a) russo-alemão, b) russo-áustro-húngaro, c) russo búlgaro, d) russo-turco, discorriam sobre o restabelecimento de relações diplomáticas, a manutenção de tratados anteriores, não conflitantes com o de Brest, a troca de prisioneiros de guerra e de internados, a devolução de navios mercantes apreendidos, o restabelecimento de comunicações postais e telegráficas.

O caráter predador da política alemã foi novamente comprovado por um tratado financeiro adicional entre a Rússia e a Alemanha, assinado em 27 de agosto de 1917. Por este tratado a Rússia contribuiu para Alemanha com seis bilhões de marcos alemães: deste valor, um e meio bilhão em ouro, um bilhão em fornecimento de mercadorias (gado, cereais, produtos agrícolas, curtume, lã e outros), dois e meio bilhões, ao adquirir empréstimos alemães. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 83-84). A totalidade quase completa de valores foi entregue à Alemanha antes que o Tratado fosse revogado.

O Tratado e seus complementos encontraram uma resistência ferrenha durante a discussão no VTsIK, e a seguir, no VII Congresso Extraordinário do RKP(b)[5] e foram ratificados em 15 de março de 1918 pelo IV Congresso Extraordinário de Sovietes da Rússia com 784 votos a favor, 261 contra e 115 abstenções. Depois da ratificação o partido bolchevique perdeu o seu único aliado desde o golpe de outubro de 1917 – partido de SRs de esquerda, que abandonou o governo em protesto contra o Tratado. Os SRs tentaram fazer com que o Tratado fosse revogado ao ter planejado e executado um ato terrorista contra Mirbach, o embaixador alemão em Moscou, assassinado em 6 de julho de 1918. Em retaliação ao assassinato do embaixador alemão em Moscou em julho de 1918 pelos SRs de esquerda, o governo bolchevique baniu o partido dos SRs, esmagou brutalmente uma série de insurreições camponesas e populares na Rússia Central, e recorreu, logo após o atentado em 30 de agosto de 1918, perpetrado pelos SRs à vida de Lênin, a uma campanha de terror em massa ("terror vermelho"), justificando-se com os atos de terror, cometidos pelas forças "brancas" ("terror branco").

2. O Impacto do Tratado de Brest sobre o Cáucaso do Sul

O derrubamento do governo provisório em Outubro de 1917 e a conclusão da Paz de Brest provocaram: a) a divisão das forças políticas e a posterior instalação de uma ditadura unipartidária; b) a desintegração territorial da Rússia; c) as invasões alemã, turca e romena, seguidas das anexações do território russo, justificadas formalmente pelo Tratado de Paz; d) uma sangrenta guerra civil, acompanhada das intervenções da Entente, britânica, francesa, estadunidense, japonesa, checoslovaca; e) um isolamento diplomático e um embargo econômico do novo governo soviético. No interior da Rússia surgiram governos autônomos que proclamaram a independência: a República Popular da Ucrânia, ela própria palco de uma guerra civil, a República Socialista Soviética Bielo-Russa, o Emirado do Norte de Cáucaso, a República Federativa da Transcaucásia, que se dividiu mais tarde em três repúblicas independentes – Azerbaijão, Armênia e Geórgia. Surgiu a República do Extremo Oriente com a capital em Vladivostoque. O governo do movimento branco (1918-1920) foi estabelecido no território da Rússia, sob a autoridade do Governador Supremo da Rússia Aleksandr Koltchak, que derrubou o Governo Provisório na Sibéria em novembro de 1918. O Cazaquistão passou para o controle dos cossacos "brancos". Em Tachkent foi proclamada a República Soviética do Turquestão, enquanto em Cocand surgiu um *Mukhtariat* (autonomia) do Turquestão. O Japão e os Estados Unidos intervieram a Rússia no Extremos Oriente e os Estados Unidos no Norte da Rússia, desde 1918.

No que se refere repercussão do Tratado sobre a região da Transcaucásia, o tratado russo-turco, complementar ao Tratado de Brest, estabeleceu: a) a retirada das forças armadas russas do território turco, acrescido da Anatólia Oriental; b) uma limitação dos efetivos militares até uma divisão a fim de proteger a fronteira: c) a dissolução dos destacamentos nacionalistas armênios (dashnaque); d) o estabelecimento posterior da fronteira pela comissão mista de demarcação, a partir da confluência das três fronteiras entre a Pérsia, a Turquia e a Rússia (segundo as realidades territoriais de 1880), da fronteira russo-turca (segundo as disposições do Tratado de Berlim pós guerra russo-turca de 1877-1878); e) a concessão de *exequatu*r a cônsules dos dois países; f) a revogação de todos os tratados antigos e a conclusão de novos; g) reconhecimento do direito de cidadãos muçulmanos da Rússia a emigrar para a Turquia, se assim desejassem. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 76-78)

5. RKP(b) – Partido Comunista da Rússia (bolchevique), nome do partido bolchevique (1918-1925).

As condições deste tratado complementar foram tão predadoras quanto as do Tratado de Brest e do tratado complementar russo-alemão. As novas fronteiras russas recuavam até os limites anteriores à guerra russo-turca de 1877-1878, durante a qual a Bulgária, os povos balcânicos e os povos da Ásia Menor, sobretudo, armênios, foram libertados do jugo otomano e os direitos territoriais do Reino da Romênia foram firmemente estabelecidos. Como é sabido, o Tratado de Berlim, substituindo o de San Stefano, diminuiu o alcance das vitórias russas contra o Império Otomano, sem, todavia, prejudicar os direitos adquiridos dos povos cristãos. O Tratado de Brest deu ao Império Otomano a vantagem de se projetar sobre todo o Cáucaso do Sul, podendo se tornar uma potência com o maior peso estratégico e político na região. A dissolução dos destacamentos armênios nacionais (*dashnaques*), na ausência de proteção de forças russas, pressupunha a aniquilação de qualquer resistência que a Armênia podia oferecer ao governo turco, abrindo-se espaço para a continuidade de massacres em massa, iniciados em 1915. Além disso, incentivava-se a emigração de muçulmanos da Rússia para a Turquia, facilitada por consulados turcos na Rússia, criando-se destarte um estímulo ao confronto étnico-religioso no Cáucaso e em outras regiões muçulmanas russas e visando um enfraquecimento e, em seguida, um desmembramento do antigo adversário dos otomanos.

Mais um tratado entre a Rússia e a Quadrupla Aliança, adicional ao Tratado de Brest, de 27 de agosto de 1918 estabeleceu, entre outros artigos, os específicos sobre o Cáucaso: a) a Alemanha retirará suas tropas dos territórios do Mar Negro, aquém do Cáucaso; b) a Rússia aceita o reconhecimento pela Alemanha da Geórgia como Estado; c) a Alemanha não apoiará nenhum outro país no Cáucaso do Sul, exceto a Geórgia; d) a Rússia auxiliará a produção de petróleo em Baku e fornecerá à Alemanha 25% da produção, mediante pagamento estabelecido. (POKHLIEBKIN: 1999, p. 82-83) As cláusulas do Tratado de agosto de 1918 visavam fortalecer a situação estratégica de fato, que, depois do recuo da Rússia do Cáucaso do Sul, a Alemanha estabeleceu na Geórgia, um novo país caucasiano do Mar Negro. Em demonstrar o desinteresse pela Armênia, insulada entre a Geórgia, o Azerbaijão e o Irã e, obviamente, um alvo de uma anexação turca, e definir em termos concretos um relativo interesse econômico pelo Azerbaijão, considerado zona de influência turca, a Alemanha manifestou em 1918 seus propósitos anexionistas e colonialistas. A ocupação pela Alemanha do porto de Batum da Geórgia, "aquém do Cáucaso", era difícil sobrestimar, porque foi este porto do Mar Negro que recebia o petróleo de Baku através do oleoduto transcaucasiano.

Os movimentos políticos da Transcaucásia viram no Tratado um resgate do poder soviético às custas do Cáucaso do Sul e haviam recusado de mandar delegações para as negociações de Brest. Em 27 de fevereiro o social democrata georgiano Jordânia propôs transformar a Dieta Transcaucasiana em Assembleia Constituinte e concluir uma paz em separado com a Turquia, dizendo que "a Transcaucásia não assinará a paz como a de Brest: melhor morrer". (Apud FELSHTINSKY: 1991, p. 317-318) Entendendo que a Rússia soviética decidiu sacrificar o Cáucaso para aliviar suas condições da paz, os partidos socialdemocratas, principalmente a da Geórgia, resolveram concluir a paz "democrática" com a Turquia, "sem anexações", uma "paz honrosa" (Ibidem, p. 318). Depois da assinatura do Tratado de Brest, a Dieta e o governo transcaucasiano mandaram um protesto aos governos dos países beligerantes, em que se dizia que o tratado é firmado sem consentimento e conhecimento dos governos transcaucasianos e por isto é desprovido de força legal. No Cáucaso do Sul o fato da conclusão da paz significava

a anexação turca de Kars, Batum e Ardagan e a posterior ocupação da Transcaucásia pela Alemanha e pela Turquia.

Além disso, o governo da Transcaucásia não reconheceu o poder soviético e achava que a sua independência deste poder precisa ser reconhecida pela Turquia e o fato de que o Tratado de Brest não pode nem deve se aplicar à Transcaucásia. A Turquia foi notificada do não reconhecimento do Tratado. O governo da Transcaucásia propôs negociações de paz em separado com a Alemanha e a Turquia. Pelas razões diferentes os dois países não levantaram objeções. A Alemanha, porque conforme o Tratado, não receberia territórios no Cáucaso e ao mesmo tempo garantiria que a Turquia não cresceria às custas de novas anexações. Quanto a Ardagan, Batum e Kars, não havia preocupação porque a questão de manter estes territórios já estava na alçada turca. A Turquia esperava aproveitar-se da fraqueza do Estado transcaucasiano insipiente e pretendia submeter ao seu domínio e anexar outros territórios no Cáucaso não abrangidos pelo Tratado de Paz.

A conferência de paz entre a Transcaucásia e a Turquia começou em 14 de março de 2018 em Batum. A delegação turca rejeitou a declaração da delegação transcaucasiana sobre o reconhecimento da invalidez do Tratado de Paz de Brest, no que se referia ao Cáucaso, avançou condições, sob forma de ultimato, de que a Transcaucásia declarasse a independência e a forma de governo, antes que as negociações estivessem encetadas, não reconheceu reivindicações transcaucasianas sobre Batum, Kars e Ardagan.

As negociações da delegação da Transcaucásia com a Turquia tiveram os dois principais motivos. Os políticos transcaucasianos entendiam que declarar o Cáucaso do Sul uma parte integrante da Rússia, em oposição à Turquia, significaria ser envolvido na guerra civil russa. Por outro lado, declarar a independência no meio de um conflito mundial significaria defender-se com suas próprias forças que seriam insuficientes contra invasões externas, dos países e das autonomias do Cáucaso, da Entente e, sobretudo, da Turquia. A população russa do Cáucaso do Sul, que tinha representantes na Dieta, estava contra a separação do Cáucaso do Sul da Rússia. O Birô provisório do soviete nacional russo não reconhecia o governo soviético, nem o Tratado de Paz, mas considerava que deve ser estabelecida a união com forças democráticas da Rússia para se opor à Paz de Brest. A Turquia estava interessada na independência do Cáucaso do Sul, porque desta forma a Transcaucásia se desligaria da RSFSR e poderia ser facilmente dominado. Mas o Cáucaso do Sul enfrentava o risco de intervenção e de anexação de mais territórios. Depois do ultimato turco, a delegação transcaucasiana cessou a negociações e deixou Batum em 14 de abril. Turcos ocuparam Batum no mesmo dia, por falta de qualquer resistência, e as negociações, mais parecendo tratativas de rendição, foram retomadas.

Em 22 de abril foi proclamada a independência da República Federativa Transcaucasiana e em 23 de abril o novo governo reconheceu as condições da Paz de Brest. Em 5 de maio recomeçou a conferência de Batum em que a Turquia anunciou novas reivindicações territoriais. A Alemanha se ofereceu como mediadora, mas, sem ter o poder de influenciar resultados, se retirou em 25 de maio da conferência.

A Geórgia, vendo que poderia ser ocupada pela Turquia, declarou a separação da Federação e a sua independência em 26 de maio. No dia 28, a Geórgia concluiu em Poti um acordo

preliminar sobre a presença das tropas alemães no país, trocando a ocupação turca pela alemã. Em 27 e 28 de maio as independências foram proclamadas pela Armênia e pelo Azerbaijão respectivamente.

Através da mediação da Alemanha, a Geórgia e a Armênia concluíram em 4 de junho acordos de paz e de amizade com a Turquia. Mas a Armênia deparou-se com a situação de fragilidade, porque não alcançou acordo com a Alemanha sobre a permanência de suas forças armadas na Armênia. No mesmo mês a Turquia entrou em guerra contra a Armênia.

O Azerbaijão não firmou uma paz em 1918 com a Turquia, porque o país (região de Baku e do Cáspio) foi governado pela Comuna de Baku (coalizão de bolcheviques, *dachnaques*, soldados russos, representantes dos sovietes). A Comuna teve uma postura anti-turca e se colocava contra a paz com a Turquia, mobilizando as forças para rechaçar qualquer avanço turco. Numa expectativa de invasão turca, o Soviete de Baku aprovou em junho de 1918 um convite aos aliados da Entente por uma margem estreita de 259 votos a favor e 236 contra.

Os bolcheviques, ainda pro-germânicos em julho de 1918, estavam contra a presença dos britânicos. A Comuna de Baku foi substituída pela Ditadura Ciscaspiana (comitê executivo e comando da flotilha), que não teve forças para defender Baku. A força britânica de Dunsterville (Dunsterforce) de 1100 soldados, que entrou no Azerbaijão, não pôde reverter a situação, quando enfrentou 11 000 soldados turcos. Em 15 de setembro os britânicos abandonaram a cidade de Baku. No dia seguinte os turcos entraram na cidade. Em 17 de novembro de 1918 os britânicos, já em armistício com os turcos, entraram novamente em Baku sob o comando do general Thompson, seguindo depois para a Geórgia e a Armênia. Desta forma, as ocupações pelas potências centrais foram substituídas por as da Entente.

O Tratado de Brest abriu caminho, primeiro, à ocupação do Cáucaso do Sul pelas potências centrais, depois, à intervenção estrangeira da Entente ao Cáucaso do Sul, que, depois da desocupação dos territórios russos pela Alemanha e pela Turquia em novembro de 1918, ficou desprovido da proteção da Rússia. Foi aberto um vazio de poder para invasões da Inglaterra, da Turquia, que começaram a ocorrer no Cáucaso do Sul, com o beneplácito e em conluio com os movimentos "brancos", cossacos, demais movimentos opostos ao poder soviético.

3. Conclusão

Os movimentos "brancos" e movimentos políticos de oposição no território russo, não controlado pelo poder soviético, não reconheceram a Paz de Brest, atribuindo aos bolcheviques a culpa pelo desmembramento da Rússia e pela eclosão de uma guerra civil. As ocupações alemã e turca pós-Brest foram as duras realidades. A Paz de Brest foi tida como uma rendição incondicional diante do inimigo, concluído em violação ao princípio da paz democrática "sem anexações e sem indenizações", proclamada no Decreto da Paz.

O Tratado traçou uma linha divisória tanto na política interna russa e no meio da sociedade, quanto na política externa e internacional, expondo a Rússia ao desmembramento territorial e ao surgimento de entidades territoriais nacionais separadas, encontrando-se sob ocupação e conflitos civis, suscetíveis à formação de movimentos internos de oposição ao poder dos bolcheviques, ao intervencionismo pela Entente, cuja pacificação com os inimigos foi tida

como traição dos compromissos comuns na guerra contra as potências centrais.

Três reflexões, referentes à repercussão da paz de Brest-Litovsk sobre a posterior história russa e soviética, precisam sem assinaladas.

A paz, denominada nas discussões de Petrogrado e Moscou em 1918 de "vergonhosa", "desgraçada", "obscena", "humilhante", "predadora", "de pilhagem", "de rendição", "de traição" custou à Rússia bolchevique não só a perda do prestígio de uma grande potência, mas, sobretudo, a sua exclusão do elenco dos aliados e do concerto das potências da Entente. Os planos do desmembramento da Rússia começaram a ser urdidos desde e em consequência da Paz de Brest. Os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson, no seu contexto geral e nos assuntos particulares da Polônia e do Báltico, a "conspiração dos embaixadores" em Moscou, a ruptura generalizada das relações diplomáticas com a Rússia soviética em 1918, o posicionamento da Entente ao lado das forças armadas "brancas" no conflito civil eram as consequências da desaprovação da política do governo bolchevique por motivo de sua aderência a um curso pró-germânico.

Segundo, a realidade de "pilhagem", emanada da Paz de Brest, que estipulou anexações e indenizações gigantescas da parte da Rússia, dissipou ilusões da Entente quanto às propostas alemães de paz, formuladas no fim de 1916. Justamente, a verdade brutal sobre a Paz de Brest fez as classes políticas e as sociedades europeias pensar em uma possibilidade da ocupação da França, da Itália e dos territórios dos aliados da Entente pelos alemães e seus aliados, assim enfraquecendo a obsessão dos combatentes com as ideias do internacionalismo proletário, que os aproximaria do fim da Grande Guerra, e fortificando as ideias do patriotismo, do nacionalismo e da luta contra a Alemanha até o fim vitorioso. Segundo Evguêniy TARLE, "Não foi a conclusão da paz com a Rússia, mas foram as condições predadoras desta paz que prejudicaram a Alemanha".(TARLE: 2001, p. 636) As negociações de Brest custaram muito aos aliados russos da Entente. Transferindo tropas do front da Rússia para o Ocidente as forças armadas da Áustria-Hungria e da Alemanha, nos Alpes e no norte da Itália, no fim de 1917, teriam tirado o exército da Itália do combate, se não fosse o reforço dado à Itália pelas tropas anglo-francesas sob o comando do marechal Foch.(ISTORIYA ROSSII: 2017, p. 636-637) A ofensiva alemã da primavera (março – maio de 1918) na França, durante a qual os exércitos franco-britânicos-norteamericanos da Entente perderam quase meio milhão de soldados e oficiais, tampouco teria sido possível sem a Paz de Brest.

Terceiro, a paz de Brest produziu um efeito inesperado sobre o conflito teórico no movimento comunista. A ideia da paz com a Alemanha não estava bem-vista entre a maioria dos bolcheviques, seus aliados e seus simpatizantes. O que alimentavam os líderes bolcheviques e os seus partidários foi a ideia da transformação de uma guerra imperialista em uma revolução proletária de dimensões globais, ou, segundo o slogan de Lênin, da "transformação da guerra imperialista em uma guerra civil" dos proletariados nacionais contra governos imperialistas. (ISTORIYA ROSSII: 2017, p. 608) Portanto, a paz, firmada com um país imperialista, segundo os cânones estadocêntricos, foi um desvio do pensamento comunista. A paz foi vista como uma deturpação dos ideais socialistas e comunistas, um retrocesso na luta pela revolução mundial, um revisionismo inadmissível e danoso não apenas à Rússia e à Alemanha, mas aos movimentos proletários de outros países europeus. O reatamento das relações diplomáticas do governo soviético com o Império do Kaiser Guilherme II, em plena guerra mundial, decepcio-

nou os partidos e movimentos socialistas que apoiavam os bolcheviques e que se encontravam influenciadas pela propaganda de sociais-democratas quanto à derrota do "imperialismo", dos seus próprios governos em guerra, e à vitória da classe trabalhadora em escala mundial. A paz foi aprovada e ratificada somente na expectativa de os bolcheviques se lançarem, quando as condições "amadurecessem", sobre os países, onde a situação revolucionária fosse favorável a uma revolução social, como a própria Alemanha. Os bolcheviques, atendo-se ao paradigma revolucionário, continuavam a se imaginar como estando no epicentro da revolução mundial e apoiavam a fundação de partidos comunistas na Europa e no mundo. Em março de 1918 esta visão doutrinária obteve a forma de organização mundial, fundada em Moscou - a Internacional Comunista.

É lugar comum afirmar, como fazem vários historiadores, que a paz de Brest providenciou aquele "fôlego" que a Rússia precisava para sobreviver como Estado. De acordo com esta interpretação, Lênin agiu como um verdadeiro estadista, salvando a Rússia da desintegração, ajudando a recuperar forças para que fossem defendidos o país e o poder soviético da contrarrevolução. Pois, então, mesmo que a Rússia aproveitasse esse "fôlego", às custas gigantescas e inestimáveis, ela nem por isto sobreviveria, caso a Alemanha se recuperasse e tivesse êxito nas suas ofensivas ocidentais na primavera e em meados de 1918 contra a Entente e depois retornasse para a Rússia como vencedora para uma nova pilhagem.

O movimento "branco" opôs ao regime bolchevique uma vontade irresistível de esmagar o poder soviético pela força das armas, contando com o apoio da Entente, cuja intenção de agregar aos objetivos da destruição do poder dos bolcheviques o propósito da defesa de seus interesses econômicos em relação à Rússia (indenização das expropriações da propriedade estrangeira, dívidas referentes aos empréstimos contraídos pela Rússia antes e durante a Grande Guerra) motivou a intervenção da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão e de outros países aliados contando com o total de 202 mil efetivos militares no território da Rússia já no mês de fevereiro de 1919. A divisão da sociedade russa depois do início do conflito civil foi agravada pela crescente brutalidade do regime nas condições da guerra em 1918.

A vitória dos bolcheviques na guerra civil, finalizada em 1922 no Extremo Oriente da Rússia, deveu-se à instauração do "comunismo de guerra", a um terror em massa e à mobilização forçada, bem como ao uso do discurso ideológico. Os "brancos", dispersados em várias frentes, no norte, no sul e no leste, eram desunidos, não possuíam programas políticos que apelassem à população, tinham posturas conflitantes com a Entente e, além de tudo, provocaram reações adversas dos movimentos nacionalistas na Ucrânia e no Cáucaso, que, em vez da "Rússia unida", visavam a desintegração do Império e independências nacionais.

A sovietização do Cáucaso, que ocorreu em 1920-1921, baseada nas ações políticas e na luta armada dos movimentos políticos nacionais, simpatizantes com a Rússia e com a ideologia soviética, devido, sobretudo, à participação das forças armadas soviéticas na recuperação dos territórios do antigo império e em função dos acertos político-estratégicos e jurídicos (Tratados de Moscou e de Kars de 1921) entre a RSFSR e a Turquia e as Repúblicas Transcaucasianas e a Turquia, significou um avanço importante na consolidação do poder da RSFSR no sul do Cáucaso e nos Mares Negro e Cáspio.

Em julho de 1918 o V Congresso dos Sovietes da Rússia adotou uma Constituição da República Federativa Soviética Russa (RFSR), que, contrariamente às normas constitucionais tradicionais, proclamou o princípio classista da organização de poder (a ditadura da classe do proletariado sobre as outras) e o usufruto específico de direitos democráticos (sempre em benefício das classes exploradas), que vigeriam num futuro contexto da extinção de classes e do próprio estado, como forma de poder político.

Sem que se faça uma ligação direta desta ação política com a Paz de Brest, é de assinalar que a discussão e a adoção da Lei Fundamental em 1918 aconteciam em condições de um país ocupado pelas potências estrangeiras, sitiado dentro do cerco de inimigos externos, em meio de um grave conflito com forças políticas e com a sociedade. Obviamente, a sobrevivência de Estado, por um fio de *debellatio*[6], não podia ser garantida com base em propósitos de "paz democrática".

As medidas políticas e jurídicas, necessárias para a consolidação do poder soviético, resultaram na fundação da União Soviética, em 30 de dezembro de 1922, ratificada pelo I Congresso dos Sovietes da União. Vários projetos da unificação do espaço pós-imperial (um deles, um estado unitário, proposto por Zinoviev, o outro, a confederação das repúblicas soviéticas, defendido por Rakovsky e o terceiro, um meio-termo entre os dois, o de "autonomização", preconizado por Stalin) cederam à ideia de Lenin, que achou que a maneira mais sensata e mais segura, que permitiria evitar o aguçamento de nacionalismos e separatismos, deveria ser a constituição de uma união voluntária das repúblicas, iguais em direitos, com o reconhecido direito à secessão. A Rússia entrou nesta união em pé de igualdade com as outras repúblicas socialistas soviéticas - Transcaucásia, Ucrânia, Bielo-Rússia. Em 1922, os fundadores da URSS nutriam esperanças de que uma revolução mundial não tardaria a chegar e a União Soviética crescerá à custa de novos países.

A Paz de Brest teve uma vigência curta, foi revogada pela Rússia em 13 de novembro de 1918, dois dias depois da conclusão do armistício entre a Entente e a Alemanha. Tendo constituído uma razão fundamental para o desmembramento da Rússia no fim da Primeira Guerra Mundial e contribuído para a eclosão da Guerra Civil e para as intervenções estrangeiras na Rússia em 1917-1922, a Paz de Brest mudou o quadro da política europeia e mundial, arrancando a Rússia da Entente e isolando-a dos arranjos político-territoriais da Conferência da Paz em Paris. A União Soviética precisou de um quarto de século para superar as consequências desastrosas desse tratado, defender-se das invasões estrangeiras, sair do isolamento político-diplomático, resgatar os territórios anexados e recuperar em 1945, depois da Segunda Guerra Mundial, o *status* de grande potência, perdido na Primeira Guerra Mundial, embora as consequências político-sociais do impacto da Paz de Brest durassem ainda além da desintegração da União Soviética em 1991.

6. Do latim, *debellatio* (destruição completa de um estado pela guerra).

Bibliografia

DIPLOMATICHESKIY slovar. V triokh tomakh. Tom 1. Moskva: Nauka, 1984 (em idioma russo)

FELSHTINSKY, Yuri. Krushenie Mirovoi Revoliutsii. Ocherk pervyi: Brestskii mir. Oktiabr' 1917 – noiabr' 1918. London: Overseas Publications Interchange Ltd., 1991 (em idioma russo)

GRAJDÁNSKAYA VOINA I VOENNAYA INTERVÊNTSIA V SSSR. Moskva: Soviétskaya Entsiklopêdia:1983. (em idioma russo)

ISTORIYA DIPLOMÁTII. Tom 2 (1872-1919), Tom 3 (1919-1938). Pod redaktsiêi V.P. Potiómkina. Moskva: OGIZ, 1945

ISTORIYA ROSSII, XX viêk. Kak Rossiya chla k dvadtsátomu viêku. Ot natchala tsársvovania Nikolaia II do kontsa grajdanskoi voiny. Tom I. Pod redáktsiei A.B. Zúbova. MoskvA: Izdatelstvo "Э", 2017. (em idioma russo)

LENIN, Vladimir Il'ich, 1870 – 1924. The Unknown Lenin. From the Secret Archive. Ed. by Richard Pipes. New Haven and London: Yale University, 1996.

LENIN, Vladimir. Report on Peace. Second All-Russia Congress of Soviets of Workers' and Soldiers' Deputies. October 26 (November 8) 1917. Disponível em:

https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/oct/25-26/26b.htm Acesso em 16 de agosto de 2018

LESAFFER, Randall. The Peace of Brest-Litovsk (3 March 1918). Oxford Public International Law. Disponível em: http://opil.ouplaw.com/page/Peace-of-Brest-Litovsk Acesso em 22 de novembro de 2018

MARIE, Jean-Jacques. História da Guerra Civil Russa: 1917-1922. São Paulo: Contexto, 2017

MILLER, V.I. Ostorojno, história! Moskva: ETTs, 1997 (em idioma russo)

OTECHESTVENNAYA Voiênnaya Istoriya. S drevneishikh vremión do nashikh dniêi. V triókh t. Moskva: Zvónnitsa – MG, 2003 (em idioma russo)

POKHLIEBKIN, V.V. Vniêchniaya polítika Rusi, Rossii e SSSR za 1000 liet v imienakh, datakh i faktakh: Vyp. II – Vóiny i mírnyie dogovory. Kniga 3-ya: Evropa v piêrvoi polovine XX v. Moskva: Mezhdunarodnyie Otnochêniya, 1999 (em idioma russo).

TARLE, E.V. Polítika. Istória territoriálnykh zakhvátov. XV-XX vieká: Sotchinênia. M., EKSMO-Press, 2001 (em idioma russo).

TCHUBARIAN, A.O. Brestskii mir 1918 g. M., Gospolitizdat, 1963 (em idioma russo).

Cadernos do Cáucaso-Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso
Grupo de Pesquisa de Política Internacional -UFRJ
ISSN: 2674-5801 site: www.gppi-ufrj.com

ENCRUZILHADA DE INTERESSES: AS INTERVENÇÕES ESTRANGEIRAS NA TRANSCAUCÁSIA (1917-1921)

Rodrigo Monteiro de Carvalho[1]

Resumo

A Revolução Russa de 1917 foi um marco da História do Século XX. Mas se suas repercussões foram globais, a extinção do Império Russo teve impacto direto e imediato na Transcaucásia, região antes sob domínio do Tsar e que hoje engloba as atuais repúblicas da Geórgia, Armênia e Azerbaijão. O desmantelamento das estruturas de poder da Rússia ao sul do Cáucaso, sobretudo de seu exército, abriu espaço para incursões de forças estrangeiras que passaram a disputar pela posse dos vastos recursos naturais e pelo controle desse território estrategicamente posicionado entre a Europa e a Ásia. Este artigo dedica-se a traçar um panorama histórico destas intervenções na Transcaucásia durante o conturbado período que se estende da abolição do Império Russo, em meio aos conflitos da Primeira Guerra Mundial, até a efetiva sovietização das repúblicas caucasianas, em 1921. Busca-se, ademais, à luz de fontes documentais, compreender os processos de formulação dos objetivos estratégicos e de tomada de decisão do Governo britânico com relação a sua atuação na Transcaucásia.

Palavras-Chave: Transcaucásia; Revolução Russa; Primeira Guerra Mundial; Ocupação Britânica.

Abstract

The Russian Revolution of 1917 was a landmark in the history of the twentieth century. But if its repercussions were global, the extinction of the Russian Empire had a direct and immediate impact on Transcaucasia, a region formerly under the rule of the Tsar, which now encompasses the republics of Georgia, Armenia and Azerbaijan. The dismantling of Russia's power structures in the South Caucasus, especially its army, made room for incursions of foreign forces seeking to get hold of the vast natural resources and the control of a territory strategically placed between Europe and Asia. This paper presents a historical panorama of these interventions in Transcaucasia during the troubled period that extends from the abolition of the Russian Empire in the midst of the conflicts of the First World War to the actual sovietization of the Caucasian republics in 1921. Moreover, in the light of documentary sources, it seeks tounderstand the processes of formulation of the strategic objectives and decision making of the British Government during its operations in Transcaucasia.

Keywords: Transcaucasia; Russian Revoltion; First World War; British Occupation.

1. Mestre em História Comparada pela URFJ e doutorando em Estudos Contemporâneos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra. E-mail para contato: rodrigomonteiro-decarvalho@gmail.com.

1. Introdução

Em outubro de 1921, representantes da Grande Assembleia Nacional da Turquia e das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Armênia, do Azerbaijão e da Geórgia assinaram o Tratado de Kars, que delimitava a fronteira entre a Anatólia turca e o Cáucaso soviético. A consolidação do controle de Moscou sobre o Cáucaso do Sul, assim como a oficialização de seus limites, encerrava o período de incertezas que teve início como desaparecimento do poder imperial na esteira da Revolução Russa de 1917 e em meio às batalhas da Primeira Guerra Mundial. Neste intervalo, a região foi palco de diversas incursões estrangeiras de naturezas diferentes e com propósitos distintos. Elas ocorreram em duas fases, a primeira se estendeu desde a revolução bolchevique, em novembro de 1917, até a capitulação final das Potências Centrais, em novembro de 1918. Este período foi marcado pelo vácuo deixado pela retirada das tropas russas da guerra, o que suscitou a atuação de forças alemães, turco-otomanas e britânicas na região. A segunda etapa transcorreu desde o imediato pós-guerra até a sovietização das repúblicas sul-caucasianas, entre 1920 e 1921, o que definitivamente negou o acesso ao Cáucaso às potências estrangeiras.

O presente artigo, portanto, está dividido de modo a apresentar estas duas fases distintas. Pretende-se apresentar um panorama histórico das intervenções estrangeiras na Transcaucásia entre 1917 e 1921. Para além da narrativa fática, o texto traz passagens documentais que auxiliaram na verificação positiva de algumas hipóteses. A primeira a de que, embora aliados na guerra, a rivalidade entre turcos e alemães na Transcaucásia evitou que esta fosse conquistada com mais facilidade e em menor tempo. Ademais, constatou-se que que a atuação britânica no Cáucaso durante o período final da Primeira Guerra Mundial foi marcada por fracassos, mas que a sua insistência em defender Baku também contribuiu para atrasar a ocupação total da região pelas Potências Centrais. No período pós-guerra, já como ocupantes únicos da região, os britânicos continuaram a ter dificuldades em atingir seus objetivos. As ações britânicas buscavam tanto auxiliar o exército do General Denikin em sua luta contra os bolcheviques na Rússia, quanto fortalecer as nacionalidades caucasianas, que também prometiam ser uma barreira contra o bolchevismo no Cáucaso. No entanto, os dois objetivos se contrapunham, assim como as próprias populações do Cáucaso entravam em conflito entre si, sem que os britânicos conseguissem endereçar estas questões efetivamente. Por fim, conclui-se que a atenção dos britânicos durante a primeira fase estava voltada para afastar a ameaça iminente que alemães e turcos representavam. Seria apenas a partir do fim da guerra que a consolidação do poder dos bolcheviques na Rússia passaria a ser vista como ameaça prioritária. Ainda assim, divergências estratégicas no seio do comando britânico, que se dividiu entre apoiar os movimentos nacionalistas caucasianos ou as forças anti-bolcheviques na Rússia, limitaram a capacidade da ocupação britânica na Transcaucásia em atingir os resultados dela esperados.

2. Primeira Fase (1917-1918)

Antes da revolução de março de 1917 as tropas russas haviam conquistado seguidas vitórias militares na Anatólia que forçaram o exército otomano responsável pela frente oriental para próximo do colapso. Contudo, a extinção do Império Russo levou à desmobilização gra-

dual de suas forças, processo que se completou com a revolução bolchevique de novembro de 1917. O desaparecimento do poder imperial desencadeou um estado de convulsão política na Transcaucásia, e o mais próximo de um governo regional passou a ser um frouxo comissariado formado por delegações dos três povos majoritários da região: armênios, azeris e georgianos.

A desmobilização do exército russo, portanto, abriu caminho para que turcos e alemães, ambos aliados no plano geral da guerra, avançassem em direção à Transcaucásia. Os turcos tinham o objetivo de reaver as perdas territoriais para os russos após a derrota na Guerra Russo-Otomana de 1877-78 e vislumbravam um grande império para leste, absorvendo os povos de origem túrquica no caminho, sendo os azeris os primeiros da lista (ÇAĞLAYAN, 1997, p. 48). Já o objetivo primordial dos alemães era o de assegurar os recursos da região, sobretudo o manganês e o cobre na Geórgia e o petróleo de Baku, maior área produtora do antigo Império Russo e que passou a ser um prêmio a ser conquistado. As ligações ferroviárias já instaladas na Transcaucásia eram outro atrativo, uma vez que facilitavam o trânsito entre a Europa e a Ásia.

Para os britânicos, os avanços de alemães e de turcos geravam temor. A primeira ameaça era de que as potências centrais pudessem se apropriar dos vastos recursos regionais, tão necessários para a continuação de seu esforço de guerra no *front* ocidental. Ademais, temia-se que, caso não fossem parados, tanto turcos como alemães poderiam penetrar na Ásia e ameaçar a Índia britânica, a mais próspera colônia do Reino Unido.

OS TURCOS

Mesmo com a rápida desmobilização dos russos ao longo de 1917, as enfraquecidas forças turcas não fizeram muito progresso durante este ano. Em dezembro foi assinado o armistício de Erzincan, que oficialmente pôs fim ao conflito armado entre russos e otomanos. Contudo, a partir de fevereiro de 1918, em uma nova ofensiva, os turcos rapidamente conseguiram reverter as perdas dos três anos anteriores e restabeleceram as fronteiras de antes da guerra. As únicas forças que ainda impunham alguma resistência eram as formadas por irregulares armênios e, em menor grau, georgianos (SUNY, p. 191). Os termos finais do armistício de Brest-Litovsk, assinado entre a Rússia e as Potências Centrais, em março de 1918, garantiram a recuperação das três províncias perdidas pelos otomanos na guerra de 1877-78. Foi instalada então a conferência de paz de Trebizonda, que aconteceu entre março e abril de 1918. Nela, os otomanos exigiram o aceite dos termos de Brest-Litovsk pela delegação formada pelos representantes dos três povos majoritários da Transcaucásia, que se recusaram a acatar o acordo. Diante da negativa, os turcos continuaram a avançar com sucesso e restabeleceram pela força as fronteiras de 1877 (MCMEEKIN, 2010, p.331).

Em maio, outra conferência de paz foi organizada, desta vez em Batum (atual Batumi, na atual República da Geórgia). O antigo comissariado já havia dado lugar à Federação Transcaucasiana, uma pouco sólida união política entre armênios, azeris e georgianos. No entanto, em Batum, os termos propostos pelos turcos foram ainda mais duros e, sob a justificativa de que os armênios estavam aniquilando a população muçulmana no Cáucaso, mantiveram o avanço

militar mesmo durante as negociações. Apesar das forças armênias conquistarem algumas vitórias que atrasaram a campanha turca, sua capital, Yerevan, foi sitiada enquanto as conversas ainda estavam em curso. Neste momento, a frágil federação começou a se desfazer e cada nova república assinou um tratado de paz em separado. A Armênia teve que aceitar a perda de grande parte de seu território, os azeris, povo de origem túrquica, comemoravam o avanço otomano e a Geórgia selou uma aliança com a Alemanha, ainda que também tivesse que assinar um acordo desvantajoso com os turcos (SUNY, 1994, p. 192).

Os tratados de paz assinados com a Armênia e a Geórgia garantiram livre passagem às forças turcas com destino ao leste da Transcaucásia e abriram a possibilidade para se conectarem com as forças azeris. Estes passaram a ter esperanças de que, com a ajuda dos turcos, pudessem recuperar Baku, principal cidade do Azerbaijão e o maior porto do Mar Cáspio, que estava sob o controle de uma comuna bolchevique formava majoritariamente por russos e armênios. Foi formado então, a partir de junho, um exército composto por turcos e azeris, batizado de Exército do Islã e comandado por Nuri Paxá, meio-irmão de Enver Paxá, ministro de guerra otomano. Foi este exército que alcançou as cercanias de Baku ao fim de julho (ÇAĞLAYAN, 1997, p. 101-2).

OS ALEMÃES

O ponto de partida para a incursão da Alemanha na Transcaucásia foi a assinatura, em maio de 1918, do Tratado de Poti. Neste acordo, a então independente República da Geórgia consentiu com a ocupação alemã em troca de seu reconhecimento oficial e proteção. Quando foi estabelecida esta aliança, a cooperação entre alemães e otomanos já não era sólida. Os objetivos dos dois no Cáucaso passaram a ser mutualmente excludentes, em especial no que dizia respeito ao controle de Baku (LEMON, 2010, p. 7). Sobre os objetivos da aliança teuto-georgiana, o General Erich Ludendorff, comandante-geral das forças alemãs nos anos finais da guerra, disse em suas memórias:

> Tornou-se essencial para nós mostrarmos uma mão forte neste distrito - não apenas porque esperamos conseguir alguma assistência militar na região, mas também para obter matérias-primas. O fato de não podermos confiar na Turquia nesse assunto foi mais uma vez demonstrado por sua conduta em Batum, onde ela reivindicou o direito de manter todas os recursos para si. Poderíamos esperar obter petróleo de Baku apenas se buscássemos nós mesmos. (LUDENDORFF 1919, p. 302, tradução livre[2]).

Pelos termos do Tratado de Poti, os georgianos permitiram, *inter alia*, o uso pelos alemães de suas ferrovias e de todos os navios nos portos do país, a livre circulação de dinheiro alemão e o monopólio sobre a mineração e a exportação de matérias-primas. (SUNY, 1994, p. 192). Respaldada por este tratado, a Geórgia decidiu declarar unilateralmente sua independência da Federação Transcaucasiana dois dias antes do que azeris e armênios. A expedição alemã para a Geórgia desembarcou no país em junho de 1918, logo dando início aos atritos com os turcos.

2. "*It has become essential for us to show a stronger hand in this district—not merely because we hoped to secure some military assistance from that quarter, but also in order to obtain raw materials. That we could not rely in Turkey in the matter has been once again demonstrated by her conduct in Batum, where she claimed the right to retain all the stocks for herself. We could expect to get oil from Baku only if we helped ourselves*" (LUDENDORFF 1919, p. 302).

Estes, que haviam chegado antes, já ocupavam regiões que o governo georgiano considerava seu território e insistiam pela permissão para a utilização das ferrovias para a movimentação de suas tropas. Já os alemães, agindo oficialmente em nome dos georgianos, impediram que trens ocupados por tropas turcas atravessassem a Geórgia em direção a Baku, o que só foi permitido quando os turcos aceitaram desocupar os territórios contestados. Assim, o avanço otomano em direção a Baku foi atrasado por dois meses (ÇAĞLAYAN, 1997, p. 100).

Em 27 de agosto, em um acordo suplementar ao de Brest-Litovsk, os russos concordaram em reconhecer a independência da Geórgia e ceder um quarto da produção de petróleo de Baku para a Alemanha. Em troca, definiu-se que os alemães não prestariam auxílio para uma terceira força no Cáucaso para além das fronteiras da Geórgia, o que estava diretamente direcionado à campanha dos turcos para Baku (KAZEMZADEH, 1951, p. 150). Mas a essa altura a queda de Baku já era inevitável, os turcos haviam se juntado aos azeris e o autoproclamado Exército do Islã já sitiava a cidade por quase um mês.

OS BRITÂNICOS

Após a retirada da Rússia da guerra, os principais aliados remanescentes da Entente, França e Reino Unido, decidiram repartir entre si as atribuições de defesa da porção sul do antigo Império Russo. A repartição estabeleceu duas áreas de atuação, os franceses ficaram encarregados pela Ucrânia e pela Criméia, e os britânicos pela Transcaucásia (CAB 23/4/78, 2017; GEORGE, 1936, p. 120). Embora fosse um movimento previsível, a capitulação da Rússia foi um duro golpe nos aliados. Os ingleses temiam que, com a saída dos russos da guerra, a Alemanha passasse a reforçar o *front* ocidental com as tropas transferidas do Leste, além de se apropriar dos vastos recursos da Rússia, do trigo ucraniano, do manganês georgiano e do petróleo do Azerbaijão. Segundo as memórias de Lloyd George, à época Primeiro-Ministro britânico:

> Nós não estávamos preocupados com os problemas políticos internos da Rússia em si. O que nós tínhamos que considerar como um problema de guerra era a melhor forma de evitar que a Alemanha se revitalizasse com o acesso às plantações e aos campos petrolíferos que lhes seriam abertos se ela conseguisse penetrar no Don e nas ricas províncias do Cáucaso. (GEORGE, 1936, p. 110, tradução livre[3])

Estas preocupações constam do memorando intitulado "*Notes on the Present Russian Situation*", submetido por Arthur Balfour, então Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros, ao Gabinete de Guerra em dezembro de 1917:

> Há duas possíveis vantagens que a Alemanha pode extrair da saída da Rússia da guerra: (i) Ela pode aumentar seus contingentes em outros teatros de operações, transferindo tropas dos fronts russos, ou recuperando prisioneiros alemães. [...] (ii) Ela pode obter o poder de usar os grandes recursos potenciais da Rússia para romper o Bloqueio Aliado. (CAB 23/4/69, 1917, tradução livre[4])

3. " and oilfields which would be laid open for her if she succeeded in penetrating to the Don and the rich provinces of the Caucasus" (GEORGE, 1936, p. 110).

4. "There are two possible advantages which Germany may extract from Russia´s going out of the war: (i) She may increase her man-power in other theatres of operations by moving troops from Russian front, or by getting back german prisioners. There is little hope of stopping this, and I say no more about this. (ii) She may obtain the power of using the large potential resources of Russia to break the Allied Blockade" (CAB 23/4/69, 1917).

O mesmo memorando também traz diretrizes para a atuação britânica na Transcaucásia:

> No que diz respeito ao petróleo, queremos saber que meios de transporte existem no Mar Negro disponíveis para os alemães, e até que ponto os elementos anti-bolcheviques nas regiões do Cáucaso podem ser utilizados para interferir com o abastecimento em terra. (CAB 23/4/69, 1917, tradução livre[5])

Neste sentido, segundo Lloyd George:

> Não nos preocupamos em derrubar o governo bolchevique em Moscou. Mas estávamos preocupados em impedir, enquanto a guerra contra a Alemanha estivesse em andamento, que as administrações e movimentos não-bolcheviques fora de Moscou que estavam preparados para trabalhar conosco contra o inimigo fossem depostos. E era inevitável que, em pouco tempo, nossa cooperação com esses aliados pudesse dar às nossas atividades russas a aparência de ter como objetivo derrubar o governo bolchevique. Essa certamente não era a intenção original delas (GEORGE, 1937, p. 170, tradução livre[6]).

Ao final de 1917, britânicos e franceses decidiram que os povos que se mostravam contrários aos bolcheviques deveriam ser ajudados, mas não agraciados com o reconhecimento formal de independência. Tampouco seriam aconselháveis confrontos diretos com as forças bolcheviques (KOPISTO, 2011, p. 50; GOKAY, 1998, p. 23). A estratégia de armar georgianos e, sobretudo, armênios para travar a guerra contra turcos e alemães foi descrita em um memorando formulado pelo Gabinete de Guerra em dezembro de 1917 e posteriormente apresentado aos franceses. Nele havia também a preocupação em tentar evitar ao máximo provocar uma reação negativa dos bolcheviques:

> [...] somos obrigados a proteger, se possível, o remanescente dos armênios, não só para salvaguardar o flanco de nossas forças mesopotâmicas na Pérsia e no Cáucaso, mas também porque um Estado armênio, unido, se possível, com um Estado georgiano, autônomo ou independente, é a única barreira contra o desenvolvimento de um movimento turaniano que se estenderá de Constantinopla à China, e fornecerá à Alemanha uma arma de perigo ainda maior para a paz do mundo do que o controle da ferrovia de Bagdá. [...] É essencial que isto seja feito o mais silenciosamente possível, a fim de evitar a imputação - tanto quanto possível - de que estamos nos preparando para guerrear contra os bolcheviques. (GEORGE, 1936, p. 119, tradução livre[7])

Como parte desta estratégia, foi formada uma expedição comandada pelo Major-General Lionel Dunsterville, que tinha o objetivo inicial de alcançar Tíflis (atual Tbilisi, capital da

5. "As regard oil, we want to know what means of transport there is in the Black Sea available to the Germans, and how far the anti-Bolshevik elements in the Caucasian regions can be utilised to interfere with the supply on land" (CAB 23/4/69, 1917).

6. "We were not concerned to overthrow the Bolshevik government in Moscow. But we were concerned to keep them, so long as war with Germany was afoot, from overthrowing those non-Bolshevik administrations and movements outside of Moscow which were prepared to work with us against the enemy. And it was inevitable that before long our cooperation with these allies should give our Russian activities an appearance of being aimed at overthrowing the Bolshevik Government. That was certanly not their original intention" (GEORGE, 1937, p. 170).

7. "[...] we are bound to protect, if possible, the remnant of the Armenians, not only in order to safeguard the flank of our Mesopotamian forces in Persia and the Caucasus, but also because an Armenian, united, if possible, with a Georgian, autonomous, or independent state, is the only barrier against the development of a Turanian movement that will extend from Constantinople to China, and will provide Germany with a weapon of even greater danger to the peace of the world than the control of the Baghdad Railway. [...] It is essencial that this should be done as quietly as possible as to avoid the imputation — as far as we can — that we are preparing to make war on the Bolsheviks" (GEORGE, 1936, p. 119).

atual República da Geórgia) e estabelecer uma missão para organizar a defesa do Cáucaso. Contudo, a expedição foi impedida de seguir para o Cáucaso por forças bolcheviques que ocupavam o porto persa do Mar Cáspio de Anzali, além de também controlarem Baku. Dunsterville então permaneceu no norte da Pérsia aguardando novas instruções. Com o desenrolar desfavorável da guerra no Cáucaso no início de 1918, uma preocupação adicional se fortalecia, a possibilidade do avanço continuado dos turcos e alemães para a Ásia Central e a Índia caso não fossem confrontados. Em maio, Tíflis foi ocupada pelos alemães e os turcos já avançavam em direção ao Azerbaijão. Tíflis não podia mais ser alcançada, mas ainda restava a possibilidade de defender Baku. Além de ser rica em petróleo, Baku oferecia para quem a ocupasse a oportunidade de também controlar o Mar Cáspio e, dessa forma, acessar o restante da Ásia. Em um telegrama enviado para Lord Reading, Embaixador britânico para os EUA, em abril de 1918, Balfour dizia:

> Não há dúvida de que a Alemanha está tentando nos enfraquecer, reduzindo o Oriente Médio e, através dele, a Índia à mesma condição de desordem que ela reduziu a Rússia. Ela espera fazer isso com o uso de propaganda pan-eslava ou pan-turaniana, apoiada pela força militar turco-alemã. Seus agentes já estão empenhados em incitar a Pérsia, o Turquestão e o Afeganistão. Os turcos agora já capturaram Batum e se tomarem Kars, como parece provável, serão donos do Cáucaso e suas estradas para a Ásia Central e a Índia estarão abertas. A menos que este movimento seja interrompido, ele está fadado a ter efeitos de longo alcance [...] (FO 371/3327, 1918, tradução livre[8])

Em julho, no entanto, o governo bolchevique de Baku fora deposto e a uma coalização composta majoritariamente por armênios nacionalistas e sociais democratas russos formaram a Ditadura Centro-Caspiana. O novo governo, favorável a presença dos britânicos, permitiu a chegada de Dunsterville para defender a cidade, que já estava sitiada pelas forças turcas e azeris. A primeira porção da expedição britânica chegou a Baku em quatro de agosto, Dunsterville e o restante das forças desembarcaram em 17 de agosto. Mas a *Dunsterforce*, como ficou conhecida a expedição, chegou muito tarde, além de sofrer com falta de homens e com as divergências internas entre os que controlavam a cidade. Baku foi tomada em 15 de setembro e os britânicos foram evacuados de volta para Anzali de imediato (DUNSTERVILLE, 1918). Contudo, embora fracassada, a *Dunsterforce* havia conseguido defender a cidade por mais de um mês, evitando assim que o petróleo de Baku fluísse para a Europa durante um período em que se travavam as batalhas que decidiriam a guerra no *front* oeste. Não obstante, duas das cidades mais importantes do Cáucaso, e que formavam as duas pontas do oleoduto transcaucasiano e de uma ferrovia paralela, haviam sido ocupadas pelas Potências Centrais. Baku, no Cáspio, pelos turcos, e Batum, no Mar Negro, pelos alemães. Após o fim da guerra, ambas seriam ocupadas pelos britânicos.

3. **Segunda Fase (1918-1920)**

OCUPAÇÃO BRITÂNICA

8. "There is no doubt that Germany is trying to weaken us by reducing the Middle East and through it India to the same condition of disorder as she has reduced Russia. She hopes to do this by Pan-Slavonic or Pan-Turanian propaganda, backed by Turco-German military force. Their agents are already endeavouring to stir up Persia, Turkestan and Afghanistan. The Turks have now captured Batum and if they take Kars, as seems probable, they will be masters of the Caucasus and their road towards Central Asia and India will be open. Unless this movement is checked it is bound to have far-reaching effects" (FO 371/3327, 1918).

Em 30 de outubro é assinado o armistício de Mudros, que oficializou a retirada do Império Turco-Otomano da guerra. O Armistício de Compiègne, em 11 de novembro, decretou o fim das hostilidades entre a Alemanha e os aliados e pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Não obstante, a divisão do território do sul do antigo Império Russo em áreas de atuação francesa e britânica continuou após o fim da guerra e a Transcaucásia foi ocupada por forças do Reino Unido. O mandado britânico tinha como objetivos declarados supervisionar a evacuação das tropas alemães e turcas; restaurar a ordem; e manter a estabilidade (ÇAĞLAYAN, 1997, p. 238).

As primeiras tropas chegaram ainda em novembro de 1918, em Baku, seguidas por uma segunda leva em dezembro de 1918, em Batum. A ocupação de Baku deveria ficar restrita à cidade e a seu entorno, o restante do Azerbaijão deveria ficar a cargo do governo azerbaijano (KAZEMZADEH, 1951, p. 164). Já as tropas que chegaram em Batum foram também posicionadas ao longo da ferrovia que liga o Mar Negro ao Mar Cáspio (KOPISTO, 2011, p. 60). O memorando enviado por Eyre Crowe, membro do corpo diplomático britânico, ao Comitê Oriental do Gabinete de Guerra, datado de sete novembro de 1918, deixou claro que ainda não havia uma política definida para os povos da Transcaucásia:

> Se a Rússia se recuperar rapidamente, eles podem concebivelmente se juntar a ela em alguma relação federal; se a anarquia na Rússia durar muitos anos, a atual separação provavelmente será permanente. Nossa política para o Cáucaso deve ser enquadrada para atender às duas eventualidades. (FO 371/3301, 1918, tradução livre[9])

Já o memorando do General Henry Wilson, chefe do Estado Maior britânico, datado de 13 de novembro, indicou que a abordagem para o Cáucaso iria privilegiar o auxílio aos grupos nacionais que haviam se mostrado contrários aos bolcheviques. A Transcaucásia continuaria a ser tratada como parte da Rússia, mas foram estabelecidos contatos *de facto* com os governos de cada uma das três maiores nacionalidades. Wilson, contudo, deixa transparecer a predisposição britânica de não os proteger caso os bolcheviques atingissem uma posição de superioridade:

> Abandonar nossos amigos é contrário ao princípio britânico; mas desde que os coloquemos em uma posição inicial que possibilite que se defendam, teremos dado a eles uma chance justa. Se os bolcheviques forem os melhores homens, não podemos indefinidamente continuar a proteger os outros. (CAB 24/70/11, 1918, tradução livre[10])

Em 16 de dezembro, o Comitê Oriental enfim define a abordagem britânica para a Transcaucásia que deveria balizar a atuação na Conferência de Paz de Paris que se avizinhava. Dentre as políticas que deveriam ser perseguidas estavam:

> 1. Desejamos ver Estados independentes fortes - ramificações do antigo Império Russo - no Cáucaso.

9. "If Russia recovers rapidly, they might conceivably rejoin her in some federal relation; if the anarchy in Russia lasts many years their present separation from her will probably be permanent. Our policy towards the Caucasus should be framed to meet either eventuality" (FO 371/3301, 1918).

10. "To abandon our friends is contrary to British principle; but provided that we place them in an initial position to defend themselves, we shall have given them a fair chance. If the Bolsheviks are the better men, we cannot indefinitely continue to protect the others" (CAB 24/70/11, 1918).

> [...] 5. Se os Estados independentes do Cáucaso se combinarem em uma Federação, ou preferirem permanecer separados, é uma questão para sua própria determinação. 6. Da mesma forma, suas relações com o atual ou futuro governo ou governos da Rússia é uma questão que, essencialmente, diz respeito a si próprios. [...] 8. De qualquer forma, não temos a intenção de anexar nenhum desses territórios, ou convertê-los em um protetorado britânico, ou de aceitar quaisquer compromissos que envolvam a manutenção permanente de grandes forças britânicas no Cáucaso. (CAB 27/24, 43rd Meeting, 1917, tradução livre[11])

Por fim, e no mesmo sentido, a resolução de 23 de dezembro do Gabinete de Guerra Imperial mostra o escopo limitado que a ocupação britânica da Transcaucásia deveria ter: *"as forças britânicas não devem ser retiradas do Cáucaso até que as forças turcas e alemãs sejam retiradas; [...] e que as forças britânicas não devem ser mantidas lá por mais tempo do que o necessário"* (FO 371/3346, 1917, tradução livre[12]).

Enquanto a ocupação se desenvolvia na Transcaucásia, ao norte do Cáucaso o Exército Voluntário anti-bolchevique de Denikin despontava como a principal força que poderia tomar o poder dos bolcheviques em Moscou. A primeira missão britânica à base do exército Voluntário foi enviada ainda em novembro e ele passaria a ser auxiliado através do envio de recursos (KOPISTO, 2011, p. 71). A atuação na Transcaucásia, contudo, tinha o objetivo de fortalecer os grupos nacionais, o que contrariava a visão de Denikin de que a Transcaucásia era parte indivisível da Rússia que ele tentava reconstruir. Para a Geórgia e o Azerbaijão, as forças de Denikin eram mais temidas que as dos bolcheviques (KOPISTO, 2011, p. 80).

Em 20 de fevereiro de 1919, a Embaixada da Rússia em Londres, representando os interesses dos antibolcheviques, solicitou ao *Foreign Office* o esclarecimento de quais seriam as políticas para o Cáucaso. Em resposta, foi comunicado que:

> [...] no que diz respeito à atitude geral da Governo de Sua Majestade (GSM) para com o General Denikin, a sua solidariedade manifestou-se muito claramente pela sua cooperação com ele nos seus recentes movimentos militares, para cujo sucesso prestou-se uma assistência substancial. [...] No que diz respeito às Repúblicas Transcaucasianas, o GSM sustenta que o seu estatuto final é uma questão para a Conferência de Paz decidir e que, enquanto se aguarda essa decisão, não deve haver nenhuma interferência desde o lado russo. O General Denikin já foi informado de que as suas operações deveriam, na opinião da GSM, limitar-se à área a norte de uma linha que lhe foi expressamente indicada, e foi-lhe dito que o apoio e a boa vontade da GSM dependem uma estrita observância desta condição. (FO 371/3661, 1919, tradução livre[13]).

---

11. "1. We desire to see strong independent States - offshoots of the former Russian Empire - in the Caucasus [...] 5. Whether the independent States of the Caucasus combine hereafter in a Federation, or prefer to remain separate is a matter for their own determination. 6. Similarly their relations to the present or future Government or Governments of Russia is a matter that in the main concerns themselves. [...] 8. In any case we have no intention of annexing any of these territories, or converting them into a British Protectorate, or of accepting any commitments which will involve the permanent maintenance of large British forces in the Caucasus" (CAB 27/24, 43rd Meeting, 1917).

12. "[...] the British forces should not be withdrawn from the Caucasus until after the Turkish and German forces had been withdrawn; [...] and that British forces should not be maintained there longer than could be avoided" (FO 371/3346, 1917)

13. "[...] as regards the general attitude of HMG towards General Denikin, their sympathy has been very clearly manifested by their co-operation with him in his recent military movements, to the success of which they have tendered substantial assistance. [...] With regard to the Transcaucasian Republics, HMG hold that their ultimate status is a matter for the Peace Conference to decide and that, pending such decision, there should be no interference with them from the Russian side. General Denikin has already been informed that his operations should, in the opinion of HMG be confined to the area to the north of a line which has been expressly indicated to him, and

Desta forma, os britânicos passaram a tomar partido dos georgianos quando estes entraram em conflito contra Denikin e estipularam limites para o avanço do Exército Voluntário para o sul do Cáucaso (KAZEMZADEH, 1951, p. 238-241; KOPISTO, 2011, p. 81-82) As divergências sobre as abordagens para a Transcaucásia podem ser notadas na troca de correspondência entre o então Secretário de Estado para a Guerra, Winston Churchill, e o então Presidente do Conselho dos Lordes, George Curzon, já na segunda metade de 1919. A política de auxílio a Denikin e às repúblicas da Transcaucásia corriam paralelas, mas cada vez mais eram auto-excludentes. Em 27 de setembro Churchill alertou que a ofensiva de Denikin em direção a Moscou tinha deixado sua retaguarda desguarnecida e solicitou que o governo da Geórgia fosse impedido de atacar as forças do Exército Voluntário. Em resposta, a dois de outubro, Curzon disse: *"Se Denikin e seus mirmidões deixassem o Cáucaso em paz, tudo estaria bem. Mas se ele persiste em tentar conquistar Batum, Baku, etc., ele inevitavelmente se depara com pessoas as quais é nossa política apoiar"* (FO 371/3663, 1919c, tradução livre[14]). Este impasse só seria resolvido quando, nos últimos meses de 1919, após uma ofensiva até então bem-sucedida, o Exército Voluntário de Denikin passou a sofrer sucessivas derrotas para os bolcheviques e deixou de ser um oponente relevante. Os seus combatentes restantes seriam posteriormente evacuados para a Crimeia e de lá para Constantinopla e o Ocidente.

De volta ao início de 1919, com o andamento da ocupação, as tropas que deveriam ficar restritas à Baku, Batum e ao longo da ferrovia entre o Mar Negro e o Cáspio, acabaram por ser espalhadas pelo resto da região para conter os diversos focos de violência, seja entre armênios e georgianos ou armênios e azeris. Isto suscita outra questão não resolvida pelos britânicos, a de qual lado tomar quando uma nacionalidade entrasse em confronto com outra. Por terem sido os únicos que lutaram ao lado da Entente até o final da guerra, os armênios esperavam um tratamento especial dos britânicos (KAZEMZADEH, 1951, p. 210), mas o que se viu foi o contrário. Os britânicos não apoiaram as demandas armênias durante o conflito com a Geórgia, indicaram um governador muçulmano para a região de Karabakh, disputada entre armênios e azeris, e enviaram para Denikin os armamentos e munições abandonados pelos turcos em Kars, e que eram reivindicados pelos armênios. A parcialidade britânica em desfavor dos armênios foi descrita no artigo *"The Caucasus: The British Withdrawal and Present Conditions*", publicado em 1920 pelo então membro do Comitê Americano para o Socorro do Oriente Médio, Ernest Yarrow:

> Das três repúblicas do Cáucaso; o Azerbaijão, ou os tártaros, estavam em conflito aberto com os Aliados, aliando-se aos turcos e combatendo abertamente os britânicos em Baku no ano passado; os georgianos nunca tinham estado em simpatia pelos aliados e provavelmente tinham um tratado secreto com os alemães; só os armênios tinham sido leais aos Aliados e fizeram o melhor que podiam para combater os turcos de um lado e os tártaros do outro. Os armênios afirmam e creio que têm argumentos legítimos para substanciar as suas alegações, receberam tratamento pior nas mãos dos britânicos do que qualquer uma das outras duas repúblicas caucasianas. (YARROW, 1920, p. 251-252, tradução livre[15])

---

has been told that the support and good will of HMG are dependent on a strict observance of this condition" (FO 371/3661, 1919).

14. "If Denikin and his myrmidons would leave the Caucasus alone all would be well. But if he persists in trying for Batum, Baku, etc., he inevitably comes up against people whom it is our policy to support" (FO 371/3663, 1919c).

15. "Of the three republics in the Caucasus; the Azerbeidjan, or Tartar had been in open conflict with the Allies, allying themselves with the Turks and openly fighting the British in Baku last year; the Georgians had never been in sympathy with the Allies and probably had a secret treaty with the Germans; the Armenians alone had been loyal to the Allies and did the best they could to fight off the Turks on one side and the Tartars on the other. The Arme-

A despeito dos conflitos entre as nacionalidades, o plano britânico para a Transcaucásia seguiu inalterado. Em um comunicado datado de dois de fevereiro de 1919, George Curzon reiterava os objetivos da missão:

> [...] a) controlar as três principais cidades ao longo da estrada de ferro, Batum, Tiflis e Baku. Eu acredito que estamos em todas as três; b) manter a paz entre as repúblicas rivais; c) sem realmente reconhecer qualquer uma delas, ajudá-las a manter alguma forma de governo; d) protegê-las, se realmente ameaçadas por uma invasão bolchevique através do Cáucaso {o que é altamente improvável}; e) controlar o mar Cáspio, mas f) não estender nossas operações militares para longe ou se envolver profundamente em responsabilidades administrativas ou militares; e g) contemplar a retirada assim que a estabilidade local e um governo razoável forem assegurados (FO 371/3667, 1919, tradução livre[16]).

Ainda que a estabilidade pretendida não tivesse sido assegurada, os planos para a retirada começaram a ser formulados em março de 1919, quando foram iniciadas conversas com a Itália para que ela assumisse o mandato da Transcaucásia em substituição aos britânicos. Se concretizado, o plano satisfaria o desejo dos italianos em receber colônias como espólio de guerra, ao passo que aliviaria o fardo britânico de manter a Transcaucásia sob sua responsabilidade. Em nove de abril, um acordo entre Itália e Reino Unido foi alcançado, mas nenhuma data para o desembarque das tropas italianas fora estabelecida (ÇAĞLAYAN, 1997, p. 274). A retirada britânica, primeiro prevista para 15 de junho, foi adiada para 15 de julho para evitar o vácuo de poder que se formaria antes da chegada dos italianos. Na metade de junho, no entanto, uma mudança de poder em Roma fez a Itália reconsiderar o acordo. O novo Primeiro-Ministro, Francesco Nitti, abortou os já avançados preparativos para a expedição vislumbrando que a presença italiana na região inevitavelmente lançaria o país em uma aventura militar contra a Rússia, cenário que, para ele, deveria ser evitado (NITTI, 1922, p. 147).

Com o acordo com a Itália frustrado e sem alternativas para repassar o controle da Transcaucásia para outro responsável, os britânicos decidiram mais uma vez adiar a retirada de suas tropas, desta vez para 15 de agosto. A evacuação teve início na data programada e foi completada em 16 de setembro, exceto pelas tropas que guardavam Batum, que deveriam permanecer defendendo o principal porto do país (FO 371/3663, 1919a). Em um memorando de 22 de setembro, Curzon apontava para as diversas incongruências que haviam definido o que tinha sido a atuação britânica até então:

> [...] a) Somos pró-Denikin ao norte do Cáucaso b) Somos anti-Denikin ao sul do Cáucaso c) Somos pró-georgianos na medida em que eles são respeitáveis e ordeiros d) Somos anti-georgianos na medida em que são bolcheviques e violentos e) Somos pró-armênios, na medida em que não queremos vê-los exterminados. f) Somos anti-armênios, na medida em que não pretendemos assumir a responsabilidade de lhes fornecer armas ou de garantir um Estado armênio ou de repatriá-los para uma grande Armênia. g) Se somos pró-Azerbaijão ou anti-Azerbaijão, não tenho a menor ideia. h) Quanto ao Hill State (Daguestão), suponho que seja pouco mais que vários grupos de bandidos que são esmagados por Denikin [...] (FO 371/3663, 1919b, tradução livre[17])

---

nians claim and I believe they have legitimate arguments to substantiate their claims, that they receive worse treatment at the hands of the British than either of the other two Caucasian Republics" (YARROW, 1920, p. 251-252).

16. "[...] a) to hold the three principal cities on the railway, Batum, Tiflis and Baku. I believe we are in all three; b) to keep the peace between the rival Republics; c) without actually recognising any one of them to assist them in maintaining some form of government; d) to protect them if actually menaced by a Bolshevik invasion across the Caucasus {which is the highest degree unlikely}; e) to hold the Caspian but f) not to extend our military operations far afield or get deeply involved either in administrative or military responsibilities; and g) to contemplate withdrawal as soon as local stability and decent government is assured" (FO 371/3667, 1919).

17. "a) We are pro-Denikin North of the Caucasus b) We are anti-Denikin South of the Caucasus c) We are pro-

Batum, por fim, foi definitivamente evacuada em junho de 1920 e a Transcaucásia deixada a sua própria sorte. A esta altura, armênios e georgianos ainda governavam suas próprias repúblicas independentes, enquanto o Azerbaijão já havia sido ocupado, em abril, pelo Exército Vermelho. Posteriormente, em março de 1921, um acordo formal restabeleceu as ligações comerciais entre o Império Britânico e a Rússia Soviética, evidenciando o reconhecimento britânico da vitória dos bolcheviques na Rússia (TRADE AGREEMENT, 1921).

OS TURCOS RESSURGENTES

A assinatura do Armistício de Mudros, em outubro de 1918, foi o primeiro passo do processo de desmembramento do Império Otomano que o levaria à extinção, em 1922. Entre os termos que os turcos foram obrigados a acatar estava a entrega para os aliados de fortes e posições estratégicas fora da Anatólia e no Cáucaso; a perda do controle sobre seus estreitos; a desmobilização total de seu exército; e a aceitação de que qualquer parte de seu território remanescente poderia ser ocupada "em caso de desordem". Este foi o caso da capital imperial, Constantinopla, ocupada por forças aliadas dias após a assinatura do armistício. No tocante específico à Transcaucásia, foi ordenado aos turcos que recuassem às suas fronteiras pré-guerra, entregassem portos e ferrovias ainda sob seu controle e desmobilizasse por completo as tropas ainda em posição. Nesse cenário, foi alçado ao protagonismo um grupo de jovens nacionalistas sob a liderança do oficial militar Mustafá Kemal. Ele fora enviado para a fronteira do Cáucaso justamente para supervisionar o desmantelamento do restante das forças turcas na região, mas, contrariando suas ordens iniciais, adotou uma postura de resistência que daria início a Guerra de Independência Turca (SOCHACZEWSKI, 2018, p. 73). Conforme a adesão ao projeto nacionalista ganhava fôlego, a balança do poder político pendia do Sultão em Constantinopla para o interior da Anatólia, principal base do Movimento Nacional Turco. Em junho de 1919, foi assinado o acordo de Amasya, entre o Governo Otomano e os líderes revolucionários. Nele, pela primeira vez, propunha-se uma união contra as potências ocupantes do território turco. Em setembro, foi organizado o Congresso de Sivas, que decidiu pela constituição de um novo parlamento em substituição ao Governo de Constantinopla. Assim, em 23 de abril de 1920, foi formada a Grande Assembleia Nacional, com sede em Ancara, tendo Mustafá Kemal como seu primeiro presidente.

Em agosto, contudo, o remanescente Governo otomano assentado em Constantinopla, em conjunto com os vencedores da Primeira Guerra Mundial, assinaria o Tratado de Sèvres, sob o qual assentia com a perda ou ocupação de vastas áreas do antigo Império. Ao Leste, o acordo formalizava a criação de um extenso Estado armênio que deveria abranger os territórios da Armênia histórica na Anatólia oriental, mesmo aqueles em que a população já se constituía majoritariamente por turcos. Como esperado, os termos do tratado não foram reconhecidos pelo

-Georgian in so far as she is respectable and orderly d) We are anti-Georgian in so far as she is Bolshevik and violent e) We are pro-Armenian in so far as we do not want to see them exterminated f) We are anti-Armenian in so far as we do not mean to assume the responsibility either of supplying them with arms or of guaranteeing an Armenian State or of repatriating them to a larger Armenia. g) Whether we are pro-Azerbaijan or anti-Azerbaijan I have not the least idea. h) As to the Hill State (Daghestan) I suppose it is little more than various groups of bandits who are smashed by Denikin [...]" (FO 371/3663, 1919b).

novo governo de Ancara e, já em setembro, foi ordenada uma ofensiva militar contra a ainda independente República da Armênia.

Mesmo respaldada pelos termos de Sèvres, os apelos da Armênia para que as potências ocidentais viessem em sua ajuda foram ignorados. Desta forma, as forças turcas avançaram rapidamente e, já em novembro, alcançaram as cercanias de Yerevan. Em 18 de novembro, na cidade de Alexandropol (atual Guiumri), o Governo armênio foi obrigado a assinar um armistício em que cedia para os turcos grande parte de seu território em troca da manutenção do controle sobre sua capital. No entanto, dez dias mais tarde, o que restara da República começaria a ser ocupada pelo Exército Vermelho. Assim, com o Azerbaijão já sob domínio soviético desde abril, restava apenas a Geórgia como Estado independente na Transcaucásia. Os georgianos, que também haviam perdido territórios para os turcos, conseguiram manter sua autonomia até fevereiro de 1921, quando também foram ocupados pelos soviéticos. Antes, em novembro de 1920, Josef Stalin, servindo então como Comissário do Povo para as Nacionalidades, descrevera a relevância da Transcaucásia para o Governo Bolchevique:

> A importância do Cáucaso para a Revolução é determinada não apenas pelo fato de ser fonte de matérias-primas, combustível e alimentos, mas também por sua posição entre a Europa e a Ásia, especialmente entre a Rússia e a Turquia; e também pela presença das estradas mais importantes econômica e estrategicamente (Batum-Baku, Batum-Tabriz, Batum-Tabriz-Erzerum). Tudo isso é levado em conta pela Entente, que, possuindo atualmente Constantinopla, a chave do Mar Negro, gostaria de manter um caminho direto para o Oriente através da Transcaucásia. Quem deve finalmente se estabelecer firmemente no Cáucaso? Quem deve usar o petróleo, as estradas mais importantes que levam à profundidade da Ásia, a Revolução ou a Entente? (STALIN apud KAZEMZADEH, 1951, p. 294)

Após a completa sovietização da Transcaucásia, a fronteira entre a Anatólia turca e as novas repúblicas soviéticas do Cáucaso seria finalmente estabelecida pelo Tratado de Moscou, de março de 1921, assinado pelos bolcheviques russos, liderados por Vladimir Lenin, e pela Grande Assembleia Nacional Turca, liderada por Mustafá Kemal. Em outubro de 1921, o Tratado de Kars, que desta vez contou com as assinaturas dos governos das recém-formadas repúblicas socialistas da Armênia, Azerbaijão e Geórgia, ratificaria o anterior e poria fim ao período de incursões estrangeiras na região.

4. Considerações Finais

A desmobilização do exército russo na frente oriental propiciou o avanço das tropas turcas e alemães para a Transcaucásia. Embora lutassem como aliados na guerra, no plano regional, turcos e alemães passaram a rivalizar por recursos e a atrapalhar reciprocamente seus planos estratégicos. Considerando a situação de caos político que se apresentava na Transcaucásia e a ausência de forças organizadas que a pudessem defender de agressores externos, a falta de coordenação de ações entre a Turquia e a Alemanha, afora os atos de rivalidade aberta, impediu que a porção sul do antigo império Russo fosse conquistado rapidamente e seus recursos postos a serviço do esforço de guerra das Potências Centrais.

Por sua parte, a atuação dos britânicos na região foi orientada pela percepção de que a ameaça iminente a ser combatida era a penetração de turcos e alemães em direção aos campos de petróleo do Cáspio e o acesso que se abriria a eles ao restante da Ásia. A preocupação com o estabelecimento do poder dos bolcheviques na Rússia foi relegada, neste primeiro momento, para um segundo plano. No entanto, as ações britânicas na Transcaucásia foram marcadas por fracassos sucessivos. O plano de equipar e treinar as forças irregulares armênias e georgianas foi frustrado pela demora em alocar a expedição em Tíflis, que terminou ocupada pelos alemães. O objetivo restante, o de defender Baku, também não foi exitoso. De efetivo somente a resistência promovida pelas tropas de Dunsterville ao sítio imposto pelas forças turco-azeris à cidade de Baku, o que adiou em seis semanas a sua capitulação. O esforço da expedição britânica no Cáspio, somado ao desalinho estratégico entre turcos e alemães, atrasou sensivelmente a conquista integral da Transcaucásia e impediu que futuros avanços em direção à Ásia Central e o oriente Médio fossem concretizados.

Com o fim da guerra e do perigo promovido por turcos e alemães, os britânicos passaram a enxergar os bolcheviques russos como a principal ameaça a ser combatida. No entanto, havia pouca coordenação entre as estratégias empregadas para o auxílio ao exército de Denikin e para o fortalecimento das repúblicas da Transcaucásia. Por vezes, as duas estratégias funcionavam em oposição mútua e as divergências internas do comando britânico contribuíram para acirrar ainda mais as contradições. As disputas entre as próprias nacionalidades do Cáucaso também ajudaram em dispersar e dificultar a atuação das forças ocupantes, que não foram eficazes em lidar com os conflitos locais. Por fim, a missão na transcaucásia era tida pelos britânicos como um fardo que estavam dispostos a se livrar o mais rápido possível. E assim o fizeram, o que resultou na reocupação da Transcaucásia pelos russos e na efetiva sovietização da região.

5. **DOCUMENTOS:**

CAB 23/4/69. **War Cabinet and Cabinet: Minutes.** Appendix. The National Archives, 1917.

CAB 24/70/11. **Memorandum on our Present and Future Military Policy in Rússia**. The National Archives, 1918.

CAB 27/24. **Minutes of meetings 1-49**. 43rd Meeting. The National Archives, 1917.

DUNSTERVILLE, Lionel. **The Diaries of General Lionel Dunsterville 1911-1922.** Disponível em: http://www.gwpda.org/Dunsterville/. Acesso em: março de 2019.

FO 371/3301. **Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966.** Paper n° 186203, 09/11/1918. The National Archives, 1918.

FO 371/3327. **Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966.** Paper n° 69398, 20/04/1918. The National Archives, 1918.

FO 371/3346. **Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966**. Paper n° 213100, 23/12/1918. The National Archives, 1918.

FO 371/3661. **Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966.** Paper n° 28165, 20/02/1919. The National Archives, 1919.

FO 371/3663. **Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966.** Paper n° 126879, 10/09/1919. The National Archives, 1919a.

FO 371/3663. **Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966.** Paper n° 131980, 22/09/1919. The National Archives, 1919b.

FO 371/3663. **Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966.** Paper n° 136702, 03/10/1919. The National Archives, 1919c.

FO 371/3667**. Foreign Office: Political Departments: General Correspondence from 1906-1966.** Paper n° 19030, 04/02/1919. The National Archives, 1919.

GEORGE, David Lloyd. **War Memoirs of David Lloyd George (vol. V).** Boston: Little, Brown, And Company, 1936.

GEORGE, David Lloyd. **War Memoirs of David Lloyd George (vol. VI).** Boston: Little, Brown, And Company, 1937.

LUDENDORFF, Erich**. Ludendorff's own story, August 1914-November 1918: the Great War from the siege of Liege to the signing of the armistice as viewed from the Grand headquarters of the German Army**. Vol. 2. Harper, 1919.

NITTI, Francesco Saverio. **Peaceless Europe**. Cassell and Company, 1922.

TRADE AGREEMENT Between His Brittanic Majesty's Government and the Government of the Russian Socialist Federal Soviet Republic. 1921. Disponível em: http://www.gwpda.org/1918p/sovtrade.html. Acesso em: março de 2019.

6. BIBLIOGRAFIA:

ÇAĞLAYAN, Kaya Tuncer. **British Policy Towards Transcaucasia: 1917-1921.** Edinburgrh, 1997.

CARMAN, Harry J. **Russia and the Reversal of Allied Policy**. The Journal of International Relations, v. 10, n. 4, p. 471-494, 1920.

GOKAY, Bulent. **The battle for Baku (May-September 1918): a peculiar episode in the history of the caucasus.** Middle Eastern Studies, v. 34, n. 1, p. 30-50, 1998.

KAZEMZADEH, Firuz. **The struggle for Transcaucasia, 1917-1921**. Nova Iorque: Philosophical Library, 1951.

KOPISTO, Lauri. **The British Intervention in South Russia 1918-1920**. 2011.

LEMON, Edward J. **Dunsterforce or Dunsterfarce? Re-evaluating the British mission to**

Baku, 1918. First World War Studies, v. 6, n. 2, p. 133-149, 2015.

MCMEEKIN, Sean. **Consolation prize? The race for baku**. In: The Berlin-Baghdad Express. Harvard University Press, p. 318-339, 2010.

SOCHACZEWSKI, Monique. **De Atatürk a Erdoğan: A República da Turquia em três tempos.** Malala, v. 6, n. 9, p. 70-90, 2018.

SUNY, Ronald Grigor. **The making of the Georgian nation**. Indiana University Press, 1994.

WINEGARD, Timothy C. **Dunsterforce: A Case Study of Coalition Warfare in the Middle East, 1918-1919**. Canadian Army Journal, v. 8, p. 93-109, 2005.

YARROW, E. A. **The Caucasus: The British Withdrawal and Present Conditions**. The Journal of International Relations, v. 10, n. 3, p. 251-255, 1920.

Cadernos do Cáucaso-Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso
Grupo de Pesquisa de Política Internacional -UFRJ
ISSN: 2674-5801 site: www.gppi-ufrj.com

O ESTABELECIMENTO DO PODER SOVIÉTICO NA TRANSCAUCÁSIA

Alexander Zhebit[1]

Lorran Ícaro Moreira de Lima[2]

RESUMO:

No contexto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de 1917 na Rússia, a região da Transcaucásia passou por grandes transformações, desde a fragmentação e a dissolução dos Impérios Otomano e Russo, passando por guerras civis e intervenções estrangeiras na região, pelo estabelecimento de novos regimes e de realidades territoriais, até a sovietização, todas causando profundas repercussões na três então proclamadas Repúblicas da Transcaucásia (Armênia Azerbaijão e Geórgia). Este artigo propõe-se a analisar a evolução das relações de poder na Transcaucásia a partir da Revolução bolchevique de 1917 até o estabelecimento de poder soviético, explorando suas implicações na mudança das fronteiras e da geopolítica da região.

Palavras Chave: Cáucaso do Sul; Revolução de 1917 na Rússia; Intervenção Estrangeira; Sovietização

ABSTRACT:

The region of Transcaucasia, in the context of the First World War and the Revolution of 1917 in Russia, underwent major changes, from the fragmentation and the dissolution of the Ottoman and Russian Empires, passing through Civil Wars, foreign interventions in the region, the establishment of new regimes and territorial realities, up to the Sovietization, all of them exercising profound effects on the three then proclaimed Republics of Transcaucasia (Armenia, Azerbaijan and Georgia). This article aims to analyze the evolution of power relations in Transcaucasia since the Bolshevik Revolution of 1917, until the establishment of Soviet power, exploring its implications on the borders and geopolitical changes of this region.

Key Words: South Caucasus; Revolution of 1917 in Russia; Foreign Intervention; Sovietization

1. Professor associado, doutor em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: alex@cfch.ufrj.br

2. Graduando de Relações Internacionais pela UFRJ, Membro do GPPI e do LEPCáucaso, Bolsista PIBIC do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, e-mail: lima.lorran@gmail.com.

1. Introdução:

A região do Cáucaso, a Ciscaucásia (Cáucaso do Norte) e a Transcaucásia (Cáucaso do Sul), vinha sendo incorporada no Império Russo, a partir do início do século XIX, sofrendo uma influência geopolítica dos Impérios Otomano e Persa, no âmbito do "Grande Jogo" da Grã-Bretanha no Oriente Médio e na Ásia Central. A Primeira Guerra Mundial causou profundas repercussões na região, desde massacres e deportações das populações do Cáucaso, até intervenções e ocupações estrangeiras e mudanças de fronteiras entre Império Russo (posteriormente, a União Soviética) e Império Otomano (posteriormente, o Estado da Turquia). A Revolução de Fevereiro de 1917, que ocorreu na Rússia durante a guerra, derrubou o regime monárquico, levando ao poder governos provisórios e mergulhando o país em um processo de revoltas e crises de instabilidade política e de ingovernabilidade, resultando no derrubamento do segundo governo provisório e na chegada ao poder do partido bolchevique, liderado por Vladimir Lênin, em coalizão com o partido SR (socialistas-revolucionários) em 25 de outubro de 1917. Ao proclamar o Decreto da Paz, o novo governo, instalado em Petrogrado, deu início ao abandono da Entente, que acabou na conclusão da Paz de Brest-Litovsk com Alemanha, Turquia, Áustria e Bulgária.

O Império Russo deixou de existir com a Revolução de Fevereiro de 1917, e após outubro de 1917, a Rússia, até então um Estado único, entrou em processo de fragmentação, provocado pelas ocupações pelas potências centrais e pelas declarações de autodeterminação territorial dos sovietes em diferentes regiões da Rússia, desde a parte europeia até o Extremo Oriente, estas últimas incentivadas pela Declaração sobre os Direitos dos Povos da Rússia do governo bolchevique. Conforme ocorria a desintegração da Rússia, a região da Transcaucásia se debatia entre a influência do movimento branco, dos nacionalismos locais (principalmente na Armênia) e das interferências externas, principalmente da Turquia e da Grã-Bretanha no Azerbaijão, e da Alemanha na Geórgia, criando um ambiente de caos, ingovernabilidade e conflitos, que se mostraria um facilitador para o estabelecimento do poder soviético na região.

Seguindo a doutrina da revolução mundial, a cúpula bolchevique vislumbrava a adesão de todos os Estados formados no território do antigo império russo a uma república mundial dos sovietes, mediante revoluções socialistas. Lênin acreditava que a transição para o modelo socialista no Cáucaso deveria acontecer mais lentamente e com maior cautela do que na Rússia, levando em conta as condições locais, principalmente o grande campesinato e os recursos naturais que poderiam ser muito quistos nos mercados ocidentais (KING, 2008, p. 189)[3].

A República Democrática Federativa Transcaucasiana, ou a Federação Transcaucasiana foi uma república federativa independente, estabelecida por Geórgia, Armênia e Azerbaijão em fevereiro de 1918, que ficou dissolvida em maio de 1918 após a independência da Geórgia em 26 de maio, com governo majoritariamente menchevique, em 28 de maio com a independência da Armênia, com o governo nacionalista dashnaque[4]. Em 27 de maio de 1918 foi proclamada

3. King cita V. I. Lenin, "Tovarishcham kommunistam Azerbaidzhana, Gruzii, Armenii, Dagestana, Gorskoi Respubliki," in Polnoe sobranie sochinenii, 5th ed., 55 vols. (Moscow: Izdatel'stvo politicheskoi literatury, 1958–65), 43:199.

4. Dashnaktsutyun ("Federação Revolucionária Armênia"), o partido nacionalista armênio, formado em 1890.

a independência do Azerbaijão pelo governo musavatista[5], com sua sede em Tiflis, enquanto o Azerbaijão era governado por um governo bolchevique, chamado de Comuna de Baku, sucessora do governo de sovietes, estabelecido em outubro de 1917, que derrotou uma rebelião de musavatistas em Baku em março de 1918. A República Socialista Federativa Soviética da Rússia reconheceu as três repúblicas da Transcaucásia e, em diferentes fases, estabeleceu relações diplomáticas com elas.

O início da reconquista da Transcaucásia pelo Exército Vermelho somente se deu de fato em 1920, após três anos (1918-1920) de intensos combates durante a Guerra Civil na Rússia: Primeiro no front do Sul em 1918, contra o Exército Voluntário do Movimento "branco" no Norte do Cáucaso; depois, ao defender a cidade de Tsarítsin (atual Volgograd) contra o exército da República do Don do General Krasnov; por fim, no front Caspiano-Caucasiano, ao retomar Tsarítsin, ocupada pelo exército do Cáucaso do Norte do General Wranguel.

O domínio bolchevique dos três recentes estados independentes na Transcaucásia só se tornou possível após a retirada dos intervencionistas estrangeiros (principalmente de Turquia, Alemanha e Grã-Bretanha) e forças antibolcheviques da região, bem como devido à separação política das três repúblicas sob a pressão e sob o ultimato da Turquia na conferência de Batum[6]; seus conflitos internos; assim como em virtude das rebeliões conduzidas pela "terceira força", que era composta por partidos bolcheviques legais ou na clandestinidade, sovietes, sindicatos e movimentos simpatizantes aos bolcheviques nos referidos Estados. O fator da "terceira força" começou a se manifestar durante as ocupações e as guinadas nacionalistas dos governos nas repúblicas do sul do Cáucaso.

A sovietização da Transcaucásia ocorreu em duas fases, a primeira em 1920, com a invasão e a tomada de poder pelo 11º Exército Vermelho em abril no Azerbaijão e em setembro na Armênia (com uma pausa na campanha devido ao conflito com a Polônia[7]). A segunda fase ocorreu em fevereiro de 1921 com a tomada do poder na Geórgia.

2. Sovietização do Azerbaijão - Interesses estratégicos e intervenções estrangeiras:

Historicamente, a região da Transcaucásia é estratégica para a Rússia. No período do Império Russo, antes da Revolução de Outubro, a região da Transcaucásia era responsável pela produção de dois terços do petróleo russo, três quartos do manganês, um quarto do cobre e uma grande parte de sua produção agrícola subtropical (PIPES 1997, p. 282). Porém, com a conclusão do Tratado de Brest-Litovsk em 1918, a Rússia se retirou da Primeira Guerra Mundial e cedeu para o Império Otomano as regiões de Batum, Kars e Ardahan, facilitando as intervenções do Império Otomano (posteriormente Estado da Turquia), da Alemanha e da Grã-Bretanha no Cáucaso do Sul. Segundo Richard Pipes:

5. Musavatista, de Musavat ("Igualdade), o partido nacionalista azerbaijano de orientação pan-túrquica e pan-islâmica, formado em 1911.

6. Foi assinado em 4 de junho de 1918 o tratado de Batum entre o Império Otomano e as três repúblicas independentes do Cáucaso do Sul - Geórgia, Armênia e Azerbaijão.

7. Vd. POKHLIEBKIN, 1999, p. 164-177

> Em 1918, o Cáucaso esteve sob influência dos alemães e dos turcos. Os alemães estavam interessados primariamente nos depósitos de manganês georgianos e nos campos de petróleo de Baku. Os turcos tinham seus próprios interesses na região. Os dois poderes estabeleceram esferas de influência, com dominância alemã em Tíflis e turca em Baku. (PIPES 1997, p. 282).

A Alemanha passou a exercer grande influência com a presença militar em Batum e em Tíflis, na Geórgia. Por conta disso a Grã-Bretanha posicionou sua marinha nos portos no Mar Cáspio, com o objetivo de impedir o acesso alemão aos campos petrolíferos de Baku, e em Krasnovodsk (hoje Turkmenbashi no Turcomenistão) para proteger a linha férrea que partia da cidade e permitia exportar materiais de guerra. Com a degradação do Império Otomano, suas forças se afastaram de Baku, deixando-a sob influência principalmente da Marinha Real Britânica.

Em março de 1918, por atuação do líder e ativista armênio Stepan Shaumian, importante figura no fortalecimento da "terceira força" em Baku, os bolcheviques aliados aos socialistas armênios em Baku, derrotaram os musavatistas e seus aliados, transformando a batalha em uma espécie de resgate dos antigos conflitos entre muçulmanos e armênios, levando à vitória bolchevique e ao exílio das forças mussavatistas para a cidade de Ganja, a oeste de Baku (KING, 2008 p. 167).

Em julho de 1918, ocorreu uma intervenção turca no Azerbaijão, dissolvendo sovietes, cancelando o turno de oito horas de trabalho e os contratos coletivos, desnacionalizando campos petrolíferos e a flotilha caspiana, recorrendo aos massacres de armênios e de dirigentes bolcheviques, culpados de massacres de musavatistas e iniciando a propaganda pan-túrquica e pan-islâmica. Entretanto, pelo fim da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano, assinou o Armistício de Mudros com a Entente em 30 de outubro de 1918 e retirou as suas forças em novembro do mesmo ano, pavimentando o caminho para a completa ocupação britânica de Baku. O governo mussavatista, instalou-se em Baku, com a aquiescência das autoridades militares britânicas (GRAJDÁNSKAYA VOINA, 1983, p. 25).

Ocorreram em 1918-1919 duas intervenções britânicas em Baku, a primeira, sob comando do General Dunsterville, de 4 de agosto de 1918 (quando os bolcheviques foram depostos e foi instalado o governo musavatista, favorável aos britânicos) até 15 de setembro do mesmo ano, quando Baku foi tomada pelas forças turcas. Ao retirar-se de Baku, os britânicos, hostis aos bolcheviques e favoráveis aos movimentos "brancos", entregaram os bolcheviques dirigentes da Comuna de Baku à Ditadura Centro-caspiana[8], o que resultou na execução, em 26 de setembro de 1918, de 26 dirigentes da Comuna, na cidade de Krasnovodsk.

A segunda intervenção britânica no Cáucaso do Sul foi realizada de novembro de 1918, depois de os turcos deixarem Baku, a 14 de setembro de 1919, sob o comando do General William Thomson. As autoridades militares britânicas durante este período, tinham seu grau de responsabilidade pelos conflitos entre dashnaques e musavatistas, que resultaram em

8. Coalização, composta majoritariamente por armênios nacionalistas (dashnaques) e sociais democratas russos, que depôs o governo bolchevique da Comuna de Baku em julho de 1918.

massacres, ao terem prometido ao governo da Armênia o controle sobre as regiões de população mista de Nakhichevan e de Karabakh, ao mesmo tempo acenando com a mesma promessa para o governo de Azerbaijão (GRAJDÁNSKAYA VOINA, 1983, p.554).

Em dezembro de 1918, foi eleito o parlamento azerbaijano, constituído de quatro partidos: Musavat, Ittihad, Ehrar e Independentes. A atividade legal de comunistas se realizava por meio da Conferência Operária Central de Baku, que não se rachou, e que proclamava o lema do Azerbaijão soviético independente. Em maio de 1919, os grupos simpatizantes dos comunistas incitaram uma rebelião e proclamaram a República de Lenkoran (Mugan), derrubada, a seguir, pelos mussavatistas. Com a retirada definitiva dos britânicos do Cáucaso, entre agosto e setembro de 1919, o Azerbaijão ficou sob a direção do governo Musavat por nove meses, até a sovietização. (CORNELL. 2011 p. 27; GRAJDÁNSKAYA VOINA, 1983, p. 26).

Vladimir Lênin, em um telegrama datado de 17 de março de 1920 ordenou a tomada de Baku e de Tíflis e especificou o curso de ação para esta empreitada:

> ...para nós é de extrema importância capturar Baku. Empenhem todos os esforços nesta direção, porém ao mesmo tempo, não falhem em se mostrar duplamente diplomáticos em seus anúncios e se certifiquem o máximo possível de que uma firme autoridade local soviética esteja preparada. O mesmo se aplica à Geórgia, porém neste caso, eu recomendo ainda mais precaução... (Lênin, apud SWIETOCHOWSKI, 2004 p.177. Tradução livre)[9]

Os campos de petróleo de Baku eram dominados principalmente pelos sovietes com participação preponderante de russos e armênios influenciados por bolcheviques. Desta maneira, um comitê revolucionário local pró-bolchevique iniciou uma revolta para tomar o poder em Baku. No dia 27 de abril de 1920, representantes do partido comunista do Azerbaijão, submeteram ao governo um ultimato para que abrisse mão do poder ao cabo de doze horas. O parlamento tomou a decisão de entregar o poder aos comunistas às duas horas da noite de 28 de abril. Logo a seguir, o 11º Exército Vermelho entrou no Azerbaijão e no dia seguinte chegou em Baku sem encontrar grande resistência[10]. A República Socialista Soviética do Azerbaijão foi proclamada em 28 de abril de 1920, se tornando a primeira república sovietizada na Transcaucásia.

A tomada de poder em Baku pelos bolcheviques havia sido negociada com os kemalistas[11] por intermédio de seu representante na Transcaucásia, Halil Pasha, que pretendia obter apoio e armamento russo para enfrentar a Grã-Bretanha (MARSHALL, 2010 p. 140). Com as negociações, os turcos desejavam que o 11º Exército Vermelho não invadisse Baku e, em vez disso, se formasse uma coalização entre turcos (em um recém-formado partido comunista turco em Baku) e comunistas azerbaijanos simpáticos aos bolcheviques (SWIETOCHOWSKI,

9. "...it is extremely, extremely important for us to take Baku. Exert all efforts in this direction, but at the same time do not fail to show yourself doubly diplomatic in your announcements and make as sure as possible that firm local soviet authority has been prepared. The same applies to Georgia, but in this case I advise even greater circumspection...." Citação em inglês traduzida por Swietochowski do original em russo.

10. Houve 2000 soldados aquartelados em Baku, muitos sob a influência de comunistas bolcheviques.

11. Apoiadores de Mustafa Kemal "Atatürk" que assumiram o controle do recém-formado Estado da Turquia após a dissolução do Império Otomano. Atatürk significa pai dos turcos, em idioma turco.

2004 p. 178–9). Estas negociações não produziram o resultado esperado pelos kemalistas[12] e a Federação da Rússia estabeleceu um controle militar sobre o Azerbaijão, embora já em maio o governo da Federação da Rússia tenha reconhecido a independência do Azerbaijão. Porém, a independência ficou diluída na criação da Federação Socialista Soviética Transcaucasiana, em 1922, quando as autoridades comunistas azerbaijanas cederam as mais importantes funções de Estado para a União Soviética, criada também em 1922, institucionalizando sua administração sobre o Azerbaijão.

Baku era um território estratégico para os soviéticos do ponto de vista energético. Por conta disso, ao receber as notícias da tomada da capital, Lênin declarou:

> ...ontem nós recebemos novidades de Baku que indicam que nossa indústria teve uma virada para melhor. Todos nós sabemos que nossa indústria chegou a uma paralização pela falta de combustível, porém, agora chegam notícias de que o proletariado de Baku tomou o poder em suas mãos e destituiu o governo Azerbaijano. Isso significa que agora nós temos tal base econômica capaz de inserir vida de volta à nossa indústria. (LÊNIN, apud SWIETOCHOWSKI, 2004, p. 184. Tradução livre)[13].

3. Sovietização da Armênia - Questões territoriais e nacionalismo dashnaque:

A sovietização da Armênia ocorreu em meio à busca de domínio da Turquia sobre a Federação da Transcaucásia e, em seguida, sobre os Estados do Cáucaso do Sul. O período imediatamente pós-independência dos países da região foi marcado pelo acirramento de contradições devido a grandes disputas territoriais, iniciadas principalmente pelos armênios, que, em 1918, estavam ressentidos pelas perdas de territórios e pela questão dos massacres sofridos pelos armênios no Império Otomano, e novamente, em março de 1918 em Erzurum, Sarakamysh, Batum e Kars, na presença das tropas alemãs. Em 12 de abril de 1918 o governo soviético chegou a protestar junto ao governo alemão com respeito à continuação dos massacres de armênios. Neste contexto, o nacionalismo armênio se radicalizou, levando o governo dashnaque a tentar expandir seus territórios, principalmente às custas de seus vizinhos da Transcaucásia. Esse movimento reacendeu antigos conflitos étnico-territoriais e levou a Armênia a guerras contra a Geórgia em 1918 pela recuperação de regiões com a população etnicamente mista (Akhalkalak, Borchalin), contra a Turquia em 1918, contra o Azerbaijão – que era acusado de cooperação com os turcos – em 1919-1920 e contra a Turquia novamente, em 1920. (GRAJDÁNSKAYA VOINA, 1982, p. 31, 42-43; SEQUEIRA, 2014, p. 68-69).

Enquanto o governo de Ierevan pendia para a esfera soviética (SEQUEIRA, 2014, p. 69), em março 1920, o Comitê revolucionário militar da Armênia proclamou o poder soviético, ao iniciar rebeliões em várias cidades armênias – Alexandrópolis (atual Guiumri), Kars, Nor-Baiazet, Zanguesur e Kazakh-Chamchadin. As rebeliões foram liquidadas pelo governo

12. Ver SWIETOCHOWSKI, 2004 178-184

13 "...we received yesterday news from Baku which indicates that our industry has taken a turn for the better. We all know that our industry has come to a standstill for the lack of fuel, but now the news comes that the Baku proletariat has taken the power in its hands and overthrew the Azerbaijani government. This means that we now have such an economic base that can put life back into our industry." Citação em inglês traduzida por Swietochowski do original em russo.

dashnaque e os líderes comunistas da rebelião (Alaverdian, Garibadjanian, Mussaelian) foram executados (GRAJDÁNSKAYA VOINA, 1983, p. 43).

Em 10 de agosto de 1920 foi concluído entre a Armênia e a Federação Russa um acordo de paz, com a nomeação de um enviado diplomático russo na Armênia, que previa uma ocupação pelo 11ª Exército Vermelho dos territórios com populações mistas (armênios e azeris) de Karabakh, Zanguezur e Nakhichevan para prevenir massacres, cometidos por dashnaques naquelas regiões e criar condições para uma futura solução pacífica de disputas territoriais da Armênia com o Azerbaijão, inclusive nos territórios de Sharurê-Daralguez, Surmalin e da província de Ierevan (GRAJDÁNSKAYA VOINA, 1983, p.555).

Neste contexto, a Rússia soviética deixou de apoiar as ambições territoriais dos dashnaques armênios em troca do reconhecimento, por parte da Turquia, do poder soviético na Armênia (SEQUEIRA, 2014, p. 69-70).

Com vistas e sob o pretexto dos massacres cometidos pelos dashnaques contra a população muçulmana nas províncias de Kars e de Ierevan, em setembro de 1920, a Turquia iniciou uma guerra contra a Armênia, durante a qual dois terços do território armênio, estabelecido entre 1918 e 1920, foi ocupado. Os conflitos armados entre os dois países causaram inúmeras baixas militares e civis na Armênia, deixando o país quase sem exército e fazendo com que o governo de Ierevan tentasse negociar, a todo o custo, a sobrevivência nacional através de um cessar-fogo com os turcos.

No dia 29 de novembro de 1920 o governo dashnaque foi derrubado por rebeliões da "terceira força" e a missão diplomática soviética em Ierevan exigiu a transferência imediata do poder ao Comitê Revolucionário da República Socialista Soviética da Armênia, baseado no Azerbaijão. Os armênios, por conta da situação causada pelos conflitos, principalmente com a Turquia, receberam bem o ultimato, considerando a intervenção russa como solução diante da ameaça turca. A proclamação da Armênia como república soviética no dia dois de dezembro de 1920 ocorreu pouco antes da conclusão do Tratado de Alexandrópolis que pôs fim à guerra turco-armênia. O Tratado foi assinado pelo governo nacionalista dashnaque na última tentativa desesperada de manter o poder, com o apoio dos turcos. Ele revogaria o Tratado de Sèvres (de 10 de agosto de 1920) que já vinha sendo desrespeitado pelos turcos. Porém, o Tratado de Alexandrópolis causaria vastos encolhimentos territoriais para a Armênia, que perderia os territórios das províncias de Kars, Trebizond e Erzerum, transformando a Armênia em um país sem saída para o mar e sem o seu principal símbolo nacional, o Monte Ararat (MARSHALL, 2009, p. 143).

O Tratado de Alexandrópolis, foi assinado pelo ministro do exterior armênio Alexander Khatisian, porém os sovietes haviam tomado oficialmente a administração da Armênia no dia anterior, tornando o tratado nulo. Além disso, os kemalistas ainda não estavam no poder na Turquia. Por conta destes fatores, o Tratado de Alexandrópolis não foi ratificado pela administração da Armênia soviética. Eventualmente as demandas turcas com relação à Armênia foram atendidas no tratado de Moscou de 1921, que daria à Turquia a posse dos territórios em disputa em troca da anistia aos dashnaques e do fim da guerra. Os termos deste tratado foram reafir-

mados no Tratado de Kars, também em 1921. Neste contexto, é possível perceber ações que expuseram uma dualidade política da Rússia soviética em relação à Armênia, algumas vezes apoiando suas reivindicações e defendendo-a contra massacres étnicos, outras vezes negando sua expansão em troca de uma aliança político-territorial com a Turquia.

4. Sovietização da Geórgia – Resistência menchevique e interesses estrangeiros:

Os mencheviques georgianos dominavam o Centro regional de Sovietes de Tíflis, que era a maior autoridade central da Transcaucásia. Após os bolcheviques terem tomado o poder na Rússia em 1917 e expulsado a ala moderada do governo em 25 de outubro de 1917, o Conselho regional condenou o ato como um golpe de Estado bolchevique, continuando a exercer sua influência na Federação Transcaucasiana, que unia Armênia, Geórgia e Azerbaijão em uma mesma federação.

Após uma breve existência da Federação Transcaucasiana, a Geórgia, por pressões externas da Turquia e da Alemanha, tornou-se independente, sendo governada por sociais-democratas mais ligados aos sociais-democratas alemães. Os mencheviques georgianos eram bem instruídos, mais organizados politicamente e possuíam conexões internacionais mais amplas que os partidos das repúblicas vizinhas. Segundo Richard Pipes (1997 p. 282), mesmo considerando os conflitos com as minorias islâmicas, os mencheviques georgianos souberam lidar razoavelmente bem com as responsabilidades da independência. Dessa forma, o governo menchevique implementou medidas que aumentaram a coesão interna, como a reforma agrária e a nacionalização de indústrias e meios de transporte. Em termos geopolíticos, o governo georgiano evitou a ocupação pela Turquia ao concluir um tratado de presença militar da Alemanha no seu território, sendo objeto da primeira intervenção estrangeira, e quando a Alemanha, cumprindo a ordem de rendição da Entente, se retirou da Geórgia, em novembro de 1918, o governo aclamou a intervenção dos britânicos, com a força militar de 20 a 30 mil efetivos, protegendo assim a Geórgia contra uma intervenção turca. Em 23 de dezembro de 1918 foi estabelecida a missão britânica sob comando do general-governador Cook Collins na região de Batum, e em 25 de dezembro instalou-se o quartel-general das forças armadas da Entente em Tiflis. A Grã-Bretanha, de acordo com a estratégia da Entente, que foi coordenada com o movimento branco, começou a retirada de suas tropas em julho de 1919, mas estendeu-a até setembro de 1919. A missão britânica deixou o Cáucaso em julho de 1920, junto com as derrotadas forças brancas do General Wranguel. Tal conjuntura geopolítica atrasou a sovietização da Geórgia.

Após dominar Baku, o 11º Exército Vermelho começou a avançar em direção às capitais da Armênia e da Geórgia, porém devido à guerra soviético-polonesa de 1920, foi obrigado a interromper a marcha em 25 de abril de 1920. Em 7 de maio de 1920, foi assinado entre a Federação Russa e a Geórgia um tratado da paz. Este tratado previa a retirada dos contingentes restantes da Grã-Bretanha em Batum, bem como o desarmamento e a internação dos contingentes das forças brancas, além disso, uma cláusula secreta legalizava o Partido Comunista na Geórgia e libertava da prisão quase mil georgianos comunistas (PIPES, 1997 p. 284).

O russo Sergei Kirov, importante figura bolchevique no estabelecimento do poder so-

viético no Cáucaso (assim como o georgiano Sergó Ordjonikidze e o armênio Stepan Shaumian) foi enviado para Tíflis para preparar a futura sovietização da Geórgia (PIPES, 1997 p. 283). Em dezembro de 1920, após a suspensão das hostilidades entre a Federação Russa e a Polônia, a campanha foi retomada e, seguindo o exemplo da sovietização da Armênia, a Geórgia ficou dentro de um cerco entre a Turquia e o território sovietizado do Cáucaso do Sul. Apesar de Stalin e Ordzhonikidze já terem todos os preparativos para uma invasão à sua terra natal, Lênin ainda tinha sérias dúvidas sobre a operação, considerando questões de ordem internacional, como a repercussão da invasão da Geórgia no Ocidente e a situação do 11º Exército Vermelho, que alegadamente estava reduzido por conta de deserções. Segundo Richard Pipes (1997, p. 284), não fosse a pressão incansável de Stalin e Ordjonikidze, Lênin poderia ter deixado a situação inalterada, porém, acabou cedendo, convencido de que a Entente já considerava a Geórgia na esfera de influência russa.

O processo de tomada de poder na Geórgia, começou com rebeliões em massa, provocadas por bolcheviques por intermédio do Kavbirô[14], em Borchalin e Akhalkalak, uma região contestada entre a Geórgia e a Armênia. Sob o pretexto da proclamação do poder soviético pelo Comitê Revolucionário da Geórgia no dia 16 de fevereiro, o 11º e o 9º Exércitos Vermelhos cruzaram a fronteira entre o Azerbaijão e a Geórgia e avançaram sobre Tíflis. No dia 25 de fevereiro de 1921 a capital foi rendida. Mas a resistência continuou, porque a retirada das forças georgianas para o sudoeste do país tornou a situação militar mais complicada.

A Turquia, diante da fraqueza da Geórgia no enfrentamento com a Federação da Rússia, tentou tomar proveito do recuo das tropas georgianas e estabelecer uma praça de armas na Geórgia, ao lado de Batum, ao declarar um ultimato ao governo georgiano e ao exigir a rendição das cidades de Ardakhan e Artvin. Devido ao avanço dos Exércitos Vermelhos da Federação da Rússia sobre Batum, surgiu em 07 de março a eventualidade de um conflito militar entre a Turquia e a Rússia, que a Geórgia quis aproveitar para o seu benefício. Houve uma troca de notas diplomáticas entre a Rússia e a Turquia, em que a última justificou a presença de tropas na Geórgia pela necessidade da proteção da população muçulmana de adjares, em Batum. Para resolver o conflito de uma maneira pacífica, Lênin propôs aos sociais-democratas mencheviques da Geórgia criar um governo de coalização com o Comitê Revolucionário da Geórgia, mas a proposição foi rejeitada. Quando em 16 de março a Turquia declarou que anexaria Batum, o governo georgiano dirigiu-se à Rússia para intermediar a entrega de Ardakhan e Artvin em troca da permanência, como parte da Geórgia, de Batum, o mais importante porto no Mar Negro na época, depois de Odessa.

No mesmo dia – 16 de março de 1921 – pela coincidência que favoreceu a Geórgia, foi assinado em Moscou o Tratado soviético-turco, primeiro que reconheceu a independência da Turquia kemalista, sem considerar o Tratado de Sèvres, assinado pela administração imperial otomana e nunca ratificado pelo governo kemalista. Este Tratado estabeleceu a delimitação

14. Birô do Cáucaso (1920-1922), organização criada pelo RKP(b)(Partido Comunista da Rússia (bolchevique) para coordenar os partidos comunistas e assemelhados no Cáucaso do Norte e do Sul. O objetivo principal de suas atividades foi a preparação de condições políticas para incentivar o estabelecimento do poder soviético no Cáucaso.

da fronteira nordeste da Turquia, que vigora até os dias de hoje. O Tratado de Kars, assinado em 13 de outubro de 1921, entre a Turquia e as três repúblicas soviéticas do Cáucaso do Sul, estendeu as condições do Tratado de Moscou para todos os signatários e revogou o Tratado de Alexandrópolis.

5. Conclusão:

O estabelecimento do poder soviético na Transcaucásia foi um processo complexo, marcado por contradições, influências externas e mudanças de posicionamento da Rússia e da Turquia, no contexto de Primeira Guerra Mundial, revolução, e guerra civil. A Transcaucásia, durante esse período, mostrou-se bastante suscetível às intervenções externas que, somadas aos próprios conflitos entre as três então independentes repúblicas, tornaram o terreno fértil para a conquista bolchevique. Os bolcheviques souberam explorar divisões étnicas e conflitos locais para atingir seus objetivos[15]. A estratégia utilizada pela Rússia para a sovietização dos três países da Transcaucásia foi marcada pela utilização das oportunidades geradas pelo término das intervenções estrangeiras (Império Otomano/Turquia, Alemanha e Grã-Bretanha) e pelos conflitos e cisões entre os próprios países do Cáucaso do Sul. Dessa maneira, apoiar-se nos aliados políticos, na "terceira força", insuflar e patrocinar rebeliões internas nos referidos países, através de um influente poder de sovietes locais e, então, depois recorrer às tropas do 11º Exército Vermelho, foi a principal tática adotada.

A sovietização da Transcaucásia aconteceu por meio da força militar da República Federativa Russa, auxiliada pelas rebeliões comunistas e dos sovietes, principalmente depois da ulterior derrota das forças "brancas" no Cáucaso do Norte e na Crimeia, significando a aceitação de uma autoridade estatal protetora dos três países transcaucasianos, mergulhados nas crises, nas guerras intestinas, nas situações de intervenções e de ocupações estrangeiras. Os países da Entente, a Turquia e os governos nacionais das três repúblicas não conseguiram tirar os países do Cáucaso do Sul das situações de conflito e de caos, deixando assim para a República Soviética Federativa Russa a missão do restabelecimento de sua autoridade, dentro do pressuposto pelo item 6 dos "14 pontos de Woodrow Wilson":

> A retirada dos Exércitos de todos os territórios russos e a solução de todas as questões que afetam a Rússia, visando assegurar sua melhor cooperação com outras nações do mundo, obtendo para ela oportunidades desimpedidas e desobstruídas para a determinação independente de seu desenvolvimento político e de sua política nacional e assegurando para ela um acolhimento sincero na sociedade das nações livres sob as instituições de sua própria escolha."[16].(WILSON, apud HICKMAN, 2019. Tradução livre)

Mesmo que as independências das três repúblicas fossem reconhecidas pelas potências europeias e pelos Estados Unidos, o balanço de poder de fato, com que se deparou a Rússia nos anos 1919-1921 no Cáucaso do Sul, ficou favorável a ela, devido à conjuntura política pós-

15. Vd. KING, 2008, p. 167.
16. VI. The evacuation of all Russian territory and such a settlement of all questions affecting Russia as will secure

Primeira Guerra Mundial e à incapacidade dos países da Entente de influenciar este balanço no Cáucaso do Sul. O que beneficiou a sovietização dos países do Cáucaso do Sul foram os seguintes fatores: a) derrota do movimento "branco" no Cáucaso; b) fim das intervenções da Entente nas repúblicas transcaucasianas e c) a afirmação de *status quo* desta região, mediante a aproximação entre a Turquia e a República Federativa da Rússia (a última excluída da Conferência da Paz em Paris), cujas consciências deste *status quo* as levou à negociação e à conclusão de acordos em 1921 que consolidaram o mapa geopolítico da região.

As fronteiras das três repúblicas soviéticas do Cáucaso do Sul delinearam-se sob a influência do governo da Federação da Rússia, que, ao rejeitar os Tratados de Alexandrópolis (1920) e de Sèvres (1920), atendeu em parte às reivindicações territoriais da Turquia nos Tratados de Moscou (1921) e de Kars (1921). Porém, foi criada uma nova realidade territorial, baseada na acomodação de interesses, tanto entre a Federação da Rússia e a Turquia, quanto entre a Rússia e as três repúblicas transcaucasianas. Os últimos dois Tratados, assinados, primeiro, entre a Rússia e, segundo, pela Armênia, pela Geórgia e pelo Azerbaijão, por um lado, e pela Turquia, por outro lado nos dois Tratados, instituíram o fundamento do *status quo* territorial na região do Cáucaso do Sul, que perdura até os dias de hoje.

Referências:

AKOPOV, John; BONDARENKO, Igor. **Armenian genocide:** *History, lessons, consequences.* Bratislava: Európska Akadémia Pre Bezpečnosť A Konflikty, 2014. 232 p.

CORNELL, Svante. **The Nagorno Karabakh Conflict**. Uppsala: Department of East European Studies, Uppsala University, 1999. 162 p.

_____. **Azerbaijan Since Independence.** Armonk**,** New York: M.E.Sharpe, 2011. 485 p. (Studies of Central Asia and the Caucasus).

GRAJDÁNSKAYA voina i voennaya intervêntsia v SSSR. Moskva: Soviétskaya Entsiklopêdia:1983.

HICKMAN, Kennedy. **World War I: The Fourteen Points**. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/world-war-i-the-fourteen-points-2361398>. Acesso em 6 de março de 2019)

KING, Charles. **The Ghost of Freedom:** *A History of the Caucasus*. New York: Oxford University Press, Inc., 2008. 291 p.

MARSHALL, Alex. **The Caucasus under Soviet Rule**, Taylor and Francis, London, 2009
PIPES, Richard. **História Concisa da Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Record, 1997. 403 p.

the best and freest cooperation of the other nations of the world in obtaining for her an unhampered and unembarrassed opportunity for the independent determination of her own political development and national policy and assure her of a sincere welcome into the society of free nations under institutions of her own choosing;

Tradução de T. Reis.

POKHLIEBKIN, V.V. **Vniêchniaya política Rusi, Rossii e SSSR za 1000 liet v imienakh, datakh i faktakh: Vyp. II – Vóiny i mírnyie dogovory**. Kniga 3-ya: Evropa v piêrvoi polovine XX v. Moskva: Mezhdunarodnyie Otnochêniya, 1999

SEQUEIRA, João. **Nacionalismo e Conflitos Étnicos no Cáucaso:** *Subversão e Colapso do Estado da Transcaucásia Czarista e Soviética* (1830 - 1991). 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estratégia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7981/1/Tese Sequeira Joao.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017.

SWIETOCHOWSKI, Tadeusz. **Russian Azerbaijan, 1905-1920:** *The Shaping of National Identity in a Muslim Community.* 2004. 256 p. Cambridge University Press.

Documentos:

Tratado de Brest-Litovsk, 1918. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/bl34.asp#treatytext>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

Tratado de Sèvres, 1920. Disponível em: <https://wwi.lib.byu.edu/index.php/Peace_Treaty_of_S%C3%A8vres>. Acesso em 02 de março de 2019.

Tratado de Alexandrópolis, 1920. Disponível em: <http://www.deutscharmenischegesellschaft.de/wp-content/uploads/2011/01/Vertrag-von-Alexandropol-2.-Dezember-1920.pdf>. Acesso em 30 de maio. 2017.

Tratado de Moscou, 1921. Disponível em: <http://www.deutscharmenischegesellschaft.de/wp- content/uploads/2011/01/Vertrag-von-Moskau-16.-M%C3%A4rz-1921.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2017.>

Tratado de Kars, 1921. Disponível em: <http://groong.usc.edu/treaties/kars.html>. Acesso

Cadernos do Cáucaso-Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso
Grupo de Pesquisa de Política Internacional -UFRJ
ISSN: 2674-5801 site: www.gppi-ufrj.com

OS TRATADOS DE SÈVRES E DE LAUSANNE E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O CÁUCASO DO SUL

Jorge Luiz Pereira Ferrer[1]

Resumo:

A Revolução Bolchevique e o fim do conflito entre o Império Otomano e os Aliados proporcionaram a criação de movimentos de independência dos povos da região do Cáucaso do Sul. Armênios, georgianos e azerbaijanos, aproveitando a instabilidade política e militar de russos e otomanos, criaram suas respectivas repúblicas, na esperança que fossem apoiados pelos representantes da nova Sociedade das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes. Com a recusa dos políticos estadunidenses de ratificarem o tratado, a liberdade dos povos do Cáucaso teve uma breve duração. O Movimento Nacional Turco, contrário ao Tratado de Sèvres, se rebelou contra o governo estabelecido do Império Otomano e restabeleceu relações diplomáticas com os bolcheviques. O Tratado de Kars foi firmado, determinando as fronteiras atuais da Turquia e os Estados do Cáucaso do Sul. Diante desse fato, a Sociedade das Nações, sem qualquer poder de coerção, acaba aprovando o Tratado de Lausanne, sepultando, definitivamente, a tentativa de independência dos povos caucasianos do sul.

Palavras-chave: Bolchevique; Cáucaso do Sul; Tratado de Sèvres; Tratado de Lausanne e República.

Abstract:

The Bolshevik Revolution and the end of the conflict between the Ottoman Empire and the Allies led to the creation of independent movements for the people of the South Caucasus Region. Armenians, Georgians and Azerbaijanis, taking advantage of the political and military instability of Russians and Ottomans, created their respective republics, in the hope that they would be supported by the League of Nations, established by the Treaty of Versailles. With the refusal of North-American politicians to ratify the treaty, the freedom of the Caucasian people had a short-lived duration. The Turkish National Movement, contrary to the Treaty of Sèvres, rebelled against the established government of the Ottoman Empire and reestablished diplomatic relationship with the Bolsheviks. The Treaty of Kars was concluded, determining the present borders of Turkey and of the states of the South Caucasus. In the face of this fact, the League of Nations, without any coercive power, approved the Treaty of Lausanne, finally burying the attempt of independence of the southern Caucasian people.

Keywords: Bolshevik, South Caucasus, Treaty of Sèvres, Treaty of Lausanne and Republic.

1. Doutor em História Comparada, pesquisador do Grupo de Pesquisa de Política Internacional e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e-mail: **Jorge Luiz Pereira Ferrer** <jferrer@globo.com>

1. Introdução:

A queda do Czar Nicolau II foi provocada pela revolução russa de fevereiro de 1917 (calendário russo)[2], ocasionando o surgimento de um governo "liberal" provisório, que diante de tantas adversidades, não foi capaz de cooptar a sociedade russa para as mudanças que se faziam necessárias. A insatisfação popular diante da guerra, da miséria, da opressão czarista, da falta de víveres e do aumento na convocação de camponeses, para repor as graves perdas do Exército Russo, gerou uma grande onda de protestos que teve o apoio tanto de liberais (proprietários e profissionais liberais), quanto da classe trabalhadora e dos camponeses. Porém, as divergências existentes entre eles começaram a minar a fraca representatividade do novo governo surgindo dois polos antagônicos - a Duma[3] e o Soviete[4] de Petrogrado (São Petersburgo) (PRIESTLAND, 2012, p. 114-115). Na disputa pelo poder o Soviete que tinha o apoio dos trabalhadores, dos soldados e da polícia acabou por derrubar o Governo Provisório que se ressentia de legitimidade entre a população menos favorecida da Rússia, principalmente entre os camponeses.

Os Bolcheviques[5], a ala mais radical do Soviete de Petrogrado, aplicaram um golpe contra o Governo Provisório, cercando a cidade, destituindo e prendendo seus principais líderes, porém, o Primeiro-Ministro Alexander Kerensky conseguiu escapar e se exilou nos EUA (BROWN, 2011, p. 74-75). Após a tomada do poder, uma constituinte foi promulgada e rejeitada (05/01/1918) pelos Bolcheviques que instauraram uma ditadura, que defendia seus próprios interesses em detrimento de toda a população russa. Diante desse fato consumado, houve em muitos lugares insurreições que acabaram culminando com surgimento de uma guerra civil. Para se preocupar, somente com seus problemas internos os Bolcheviques assinaram um tratado de paz (em Brest Litovsk – 03/03/1918) com a Alemanha, entregando as terras da Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, partes da Bielorrússia e da Ucrânia e a Anatólia Oriental no Cáucaso do Sul. O território cedido retinha cerca de 30% da população russa, uma área bastante extensa de terras aráveis e, praticamente, toda a produção de carvão e petróleo do país (GILBERT, 2016, 126-127). No Cáucaso, em função do vácuo deixado pela retirada das tropas russas e da debilidade dos contingentes otomanos na região, surgiram movimentos de independência que culminaram com a criação das Repúblicas da Armênia, Geórgia e Azerbaijão.

2. Criação das Repúblicas Democráticas do Cáucaso:

Em 1918, o Império Otomano estava debilitado e em frangalhos, sendo derrotado em todas as frentes de batalha, com perdas significativas de seu território, principalmente no

2. No calendário gregoriano (ocidental) a revolução foi realizada em março (08 a 16/03) de 1917.

3. A Duma era um conselho legislativo (Câmara Baixa) que procurava satisfazer as necessidades do povo.

4. Conselho da classe operária que realizava a autogestão (democracia direta).

5. Bolcheviques achavam que a única forma dos trabalhadores e camponeses terem representatividade era através de uma Ditadura do Proletariado.

Oriente Médio (MACMILLAN, 2014 p. 410). Suas perdas militares eram na ordem de 2,5 milhões de homens), com grave recessão econômica e falta de alimentos para toda a sua população (KERSHAW, 2016, p. 106). O fim das hostilidades não terminou, mas amenizou a catástrofe que se transformou seu império. O Armistício de Mudros (30/10/1918) determinava que as forças militares otomanas fossem desmobilizadas, com os postos de telégrafos, portos, ferrovias e os estreitos (de Dardanelos e Bósforo) controlados pelos aliados (MACMILLAN, 2014, p. 412). Constantinopla foi ocupada por militares franceses e britânicos (12-13/11/1918) que permaneceram na cidade até a assinatura do Tratado de Lausanne (24/07/1923). Os últimos destacamentos estrangeiros deixaram a cidade dois meses após a assinatura do tratado, permitindo a entrada das tropas turcas (06/10/1923), poucos dias antes da proclamação da República (29/10/1923) e o fim do califado, em março de 1924, terminava, definitivamente, qualquer relação com o sistema imperial.

No Cáucaso, os antigos súditos começaram a estabelecer repúblicas (KERSHAW, 2016, p. 138) baseadas no princípio da autodeterminação dos povos, preconizado e incentivado pelo Presidente Norte-americano Woodrow Wilson (MACMILLAN, 2014 p. 410). A República Democrática da Armênia, aproveitando a instabilidade política e militar do Império Otomano, foi instituída em maio de 1918. Em virtude dessa posição de independência, surgiram conflitos entre tropas armênias e otomanas na região, que foram encerrados com o Tratado de Batum (04/06/1918) e o armistício de Mudros (ver acima). A existência de uma Armênia independente foi efêmera, durando apenas dois anos (29/11/1920) com a reocupação da região por tropas do Exército Vermelho Soviético. Quanto à República Democrática da Geórgia, fundada em maio de 1918, sua autonomia também foi passageira, primeiro sob a tutela germânica e otomana até o fim da Primeira Guerra Mundial e, depois de um breve período de independência foi anexada a Rússia Soviética (25/02/1921) por não aceitar uma coalizão com os soviéticos para expulsar os remanescentes dos Exércitos Brancos na região do Cáucaso. Por fim, a República Democrática do Azerbaijão (28/05/1918) teve o mesmo desfecho, durou apenas dois anos e acabou invadida (1920) e anexada pelos soviéticos (1922).

3. Tratado de Sèvres e suas consequências:

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, Paris receberia os principais líderes mundiais para a formulação de uma paz duradoura e a criação de um órgão capaz de arbitrar as disputas políticas e territoriais entre os países (Sociedade das Nações). Foram produzidos cinco Tratados de Paz independentes, que devido a sua complexidade histórica, acabaram não satisfazendo os vencedores e, principalmente, os vencidos. Esses Tratados de Paz seriam:

1)- Tratado de Versalhes (28/06/1919) com a Alemanha;

2)- Tratado de Saint-Germain-em-Laye (10/09/1919) com a Áustria;

3)- Tratado de Neuilly-sur-Seine (27/11/1919) com a Bulgária;

4)- Tratado de Trianon (04/06/1920) com a Hungria;

5)- Tratado de Sèvres (10/08/1920) com a Turquia (STEVENSON, 2016, p. 566-567).

Todos esses tratados não foram ratificados pelos EUA, porque o Senado Norte-americano, com a maioria dos seus membros composta de Republicanos, vetou a participação do país na Sociedade das Nações, enfraquecendo a instituição e a aplicação dos tratados em epígrafe. Foi uma grande derrota para o Presidente Democrata Wilson.

O Grupo dos Quatro, representados pela França (Georges Clemenceau), Grã-Bretanha (Lloyd George), EUA (Woodrow Wilson) e Itália (Vittorio Emanuele Orlando), seriam os principais legisladores na Conferência de Paz de Paris (MACMILLAN, 2014, p.65). Durante os trabalhos eles deixaram que seus antagonismos e suas pretensões territoriais e políticas sobrepujassem as melhores intenções para uma paz duradoura e eficaz. A Rússia foi excluída da mesa de negociações, apesar dos seus esforços para derrotar os alemães na maior parte da guerra (STEVENSON, 2016, p. 569). O Tratado de Brest-Litovsk assinado em separado com as Potências Centrais e o medo dos Bolcheviques, afastaram os aliados ocidentais dos russos, culminando com o apoio que eles deram aos Exércitos Brancos contra o Exército Vermelho. O Japão demonstrou que seus interesses locais eram mais importantes do que a conjunção mundial (IBIDEM, p.571). A Itália, com a única intenção de conseguir a maior quantidade de espólios territoriais que pudesse extrair dos vencidos, alegava que nas cláusulas do Tratado de Londres (1915) (MACMILLAN, 2014, p. 477), tinha direito a adquirir uma área territorial razoável da Áustria e de uma Turquia dividida (STEVENSON, 2016 p. 573.574). Por fim, Grã-Bretanha e França estavam mais preocupadas em expandir suas colônias com territórios conquistados durante o conflito e, os EUA, descontentes com os caminhos que a Conferência de Paz percorria, acabaram se isolando dos problemas do velho mundo. A paz teria um intervalo de vinte anos.

O Tratado de Sèvres (10/08/1920) nunca recebeu uma avaliação acurada pelos representantes aliados e sequer foi ratificado por eles (IBIDEM, p. 567). Os artigos eram draconianos (GILBERT, 2016, p. 147-148).

1)- Imposição de um exército limitado a 50 mil homens. A Marinha ficaria com sete navios de guerra e o país não poderia ter aviões;

2)- Sua economia e seus principais canais de navegação ficariam sob controle dos aliados;

3)- As perdas territoriais seriam:

SÍRIA para a França; MESOPOTÂMIA (Iraque e Kuwait) e a PALESTINA para a Grã-Bretanha; Ilhas do DODECANESO para a Itália; TRÁCIA e a região de ESMIRNA (inicialmente ocupada pelos gregos e após cinco anos, mediante um plebiscito, sua incorporação definitiva) para a Grécia; ANATÓLIA CENTRAL para os Curdos; ARMÊNIA OTOMANA (ERZURUM, BITLIS, SIVAS E VAN), a Província de TREBIZONDA com acesso ao Mar Negro para a Armênia (Armênia Wilsoniana)[6]. Essa redistribuição de províncias acabava com a presença otomana na Europa.

6. Todos esses territórios cedidos para a futura República Armênia foram uma proposta do Presidente Norte-americano Wilson.

Mapa 1: Tratado de Sèvres, 1920:

Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Vertrag_sevres_otoman_ES.svg>. Acesso em: 30/03/2019.

Esse tratado gerou uma série de protestos por parte de dissidentes turcos que não aceitavam essa perda substancial de territórios, principalmente o europeu. Uma insurgência (Movimento Nacional Turco) se iniciou na região da Anatólia (Ancara) sob o comando de Mustafá Kemal Atatürk, um herói da campanha de Galípoli, em oposição ao Sultão Mehmed VI (STEVENSON p. 589-590). Após recusar o Tratado de Sèvres, Kemal se aproximou dos bolcheviques (Lenin) e assinou o Tratado de Moscou (03/1921), restabelecendo as relações diplomáticas entre os dois países. Esse acordo seria ratificado e ampliado, posteriormente, em Kars (10/1921), onde seriam definidas as fronteiras entre a Turquia e os Estados do Cáucaso do Sul (Armênia, Geórgia e Azerbaijão), que haviam sido incorporados a Rússia Bolchevique no ano anterior (GILBERT, 2016, p. 149). Mustafá Kemal montou um exército de libertação, atacando inicialmente os gregos, para expulsá-los do território turco (IBIDEM, p.163-164). No porto de Esmirna as tropas de Kemal em uma atitude insana, incendiaram e saquearam os bairros de população grega e armênia, executando milhares deles[7].

Depois investiu contra as tropas aliadas (França e Itália) e, diante de um impasse em Chanak contra os britânicos acabou aceitando um acordo que foi discutido na cidade de Mudania (10/1922) (IBIDEM, p. 165). A Convenção de Mudania (11/10/1922) determinava que a Trácia Oriental, sob administração aliada seria devolvida em breve para os turcos. Franceses e italianos já não tinham grandes interesses na região e com a intenção de minar as pretensões britânicas forçaram um acordo com Kemal. A Grã-Bretanha, temendo uma coalisão entre turcos e soviéticos, aceitou rever o Tratado de Sèvres, promovendo um acordo mais favorável com

7. Ver MACMILLAN. pp.503-504; GILBERT, p.164; KERSHAW, p. 120.

Kemal. Fortalecido politicamente, Kemal sentaria com os aliados na cidade suíça de Lausanne para definir um novo acordo que colocasse seu país em um patamar mais igualitário com os vencedores da Primeira Guerra Mundial. Com a implantação de um regime republicano no país (11/1923), Kemal se tornou o primeiro Presidente da República Turca (IBIDEM, p. 166). Entre as muitas reformas executadas por ele podemos destacar: substituição do alfabeto arábico pelo latino; igualdade de direitos civis entre homens e mulheres; extinção da poligamia e a adoção do calendário ocidental (gregoriano). Porém a maior transformação que realizou foi a criação de uma sociedade laica, separando a religião mulçumana do Estado (IBIDEM, 177-178).

4. Tratado de Lausanne:

Na mesa de trabalhos em Lausanne, os signatários se encontravam em uma posição bastante peculiar. Enquanto os aliados, representando a Sociedade das Nações, não tinham uma força militar de persuasão (exército) para fazer valer suas posições mais importantes, a Turquia possuía uma e já havia conquistado boa parte da área territorial em discussão[8]. Apesar dessa discrepância, as discussões foram cordiais, com a exceção da região de Mosul. Os britânicos estavam interessados nas jazidas petrolíferas da região e não aceitavam cedê-la para os turcos, que alegavam que os curdos eram turcos. Depois de muita discussão, que quase levou ao rompimento das conversações, a região foi arbitrada pelo Sociedade das Nações que determinou que ela fosse incorporada ao Iraque em 1925. O representante turco, General Inönü Ismet, seria recebido como herói nacional ao retornar da conferência, com a população turca considerando que ele havia conseguido uma grande vitória no campo das relações diplomáticas do país. Ismet se tornaria o segundo Presidente da Turquia com a morte de Kemal Atatürk em 1938.

O Tratado de Lausanne definiria as fronteiras atuais da Turquia e o reconhecimento da sociedade internacional ao governo de Kemal Atatürk. Os aliados foram representados pela Grã-Bretanha, França, Itália, Japão, Grécia e Romênia. As principais cláusulas foram:

1)- Tornar legítimo o governo de Kemal Atatürk (futura república), sediado em Ancara;

2)- Determinar os limites da Turquia, compreendendo a Anatólia (ocidental e oriental) e a Trácia Europeia (oriental). Os territórios árabes seriam cedidos pelos turcos, a Ilha de Chipre cedida aos ingleses e o Dodecaneso aos italianos;

3)- Permitir a criação das Forças Armadas da Turquia (Exército, Marinha e Aeronáutica);

4)- Terminar com o controle financeiro da economia turca;

5)- Extinguir a autonomia (independência) da Armênia e do Curdistão;

6)- Abrir definitivamente a navegação comercial dos estreitos dos Dardanelos e do Bósforo;

7)- Assentar populações gregas e turcas dentro dos novos limites fronteiriços (cerca de 1,5 milhões de gregos e 400 mil mulçumanos).

8. Ver MACMILLAN, pp.306-308; STEVENSON, p. 590.

Estava terminado, definitivamente, o sonho de independência de curdos e armênios.

Mapa 2: Tratado de Lausanne (1923)

Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lausanne#/media/File:Turkey-Greece--Bulgaria_on_Treaty_of_Lausanne.png> acesso em 30/03/2019

5. Considerações Finais:

Os povos do Cáucaso do Sul (armênios, curdos, georgianos e azerbaijanos) foram os grandes perdedores dos acordos de paz realizados depois da Primeira Guerra Mundial. Diante da fraqueza dos russos e otomanos (MACMILLAN, 2014, p. 494) nos dois anos finais da guerra, movimentos de independência (IBIDEM, p.410) surgiram na esperança que os conferencistas em Paris, pudessem apoiá-los e ratificassem suas liberdades, baseados nos pontos preconizados pelo Presidente Norte-Americano Wilson (autodeterminação dos povos). Era cristalina a simpatia que Wilson depositava na causa armênia e, nas primeiras tratativas, procurou beneficiá-los com territórios tirados do Império Otomano (Armênia Wilsoniana), assegurando que fossem inseridos no Tratado de Sèvres. Mas como viria acontecer mais tarde, a recusa dos EUA em participarem da Sociedade das Nações, o tratado não seria ratificado, tornando nula a posição de Wilson.

Diante da insurreição de Kemal Atatürk (Movimento Nacional Turco) à Sèvres, os dias de liberdade dos países do Cáucaso do Sul estavam contados. Bolcheviques e turcos fortalecidos pelas mudanças políticas ocorridas em seus países (IBIDEM, p. 495), acabaram com o sonho libertário na região. Britânicos e franceses tinham desviado seus interesses para o Oriente Médio e os EUA, desmotivados pelo que acontecia na Europa, voltaram a adotar a política isolacionista de antes da guerra (IBIDEM, p. 496). Aos poucos os países do Cáucaso do Sul foram sendo extintos. O Azerbaijão, a Geórgia e parte da Armênia seriam anexados a Rússia

Bolchevique com o restante da Armênia e porções do Curdistão incorporados ao território turco (Tratado de Lausanne) (IBIDEM, p. 502), apesar dos protestos feitos por ambos os países à Sociedade das Nações e aos EUA. É importante assinalar que os norte-americanos nunca declararam guerra ao Império Otomano.

Talvez a grande ausência sentida na Conferência de Paz em Paris, tenha sido a inclusão de uma política severa na apuração e punição das atrocidades cometidas pelo Império Otomano. Os massacres e assassinatos realizados pelo Exército Otomano foram totalmente negligenciados na discussão entre as grandes potências. A decisão inicial foi que os territórios árabes otomanos (Síria, Mesopotâmia, Palestina e Arábia), onde tais atos bárbaros aconteceram fossem confiscados (IBIDEM, p. 494). Haveria perdas na Armênia e no Curdistão pelas mesmas circunstâncias. Devemos salientar, que os norte-americanos eram os que mais se preocuparam com a situação dos armênios e fundos foram criados nos EUA para auxilia-los (IBIDEM, p. 419). Wilson se mostrou magnânimo com os armênios e refratário com os curdos. Estima-se que a população armênia tenha perdido entre 300 mil a 1,5 milhão de pessoas chacinadas (IBIDEM, p. 423).

É interessante ressaltar, que a Grã-Bretanha tinha total conhecimento desse barbarismo praticado pelos turcos, inclusive contra seus soldados feitos prisioneiros em Galípoli. Após o término da guerra, conselhos disciplinares puniram militares subalternos otomanos e três deles foram enforcados (FISK, 2007, p.562). Entretanto, os principais responsáveis nunca foram punidos, principalmente pelos atos cometidos contra os armênios. Uma luta que perdura até hoje pela comunidade armênia de todo o mundo. Com a desmobilização de seus contingentes bélicos, britânicos e franceses se preocuparam mais com a aquisição do espólio otomano no Oriente Médio e acabaram esquecendo esses atos abomináveis. Outra preocupação foi a possibilidade de Lenin e Kemal se aliassem e agissem contra seus interesses territoriais na região ou em seu entorno.

Concluímos, que a Armênia Wilsoniana foi se esfacelando, na medida em que os aliados voltaram suas atenções para outras zonas de interesse e o Senado Norte-americano se negou a participar da Sociedade das Nações e, em consequência ratificar os tratados de paz. A batalha estava perdida com o fim de um sonho de liberdade. Como diria Churchill em 1933: "Depois do Tratado de Lausanne, a história procurará em vão pela palavra "Armênia"" (IBIDEM, p.465).

6. Mapas:

TRATADO DE SÈVRES. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Archivo:Vertrag_sevres_otoman_ES.svg>. Acesso em 30/03/2019.

TRATADO DE LAUSANNE. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lausanne#/media/File:Turkey-Greece-Bulgaria_on_Treaty_of_Lausanne.png>. Acesso em 30/03/2019.

7. Bibliografia:

BROWN, Archie. **Ascensão e Queda do Comunismo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FISK, Robert. **A Grande Guerra pela Civilização – A Conquista do Oriente Médio**. São Paulo: Planeta, 2007

GILBERT, Martin. **A História do Século XX**. São Paulo: Planeta, 2016.

KERSHAW, Ian. **De Volta do Inferno – Europa, 194-1949**. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

MACMILLAN, Margaret. **Paz em Paris**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

PRIESTLAND, David. **A Bandeira Vermelha: uma história do Comunismo**. São Paulo: Leya, 2012.

STEVENSON, David. **1914-1918 – A História da Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Novo Século, 2016.

8. Documentos:

TRATADO DE SÈVRES. Disponível em: treaties.fco.gov.uk/docs/pdf/1920/TS0011.pdf (em inglês). Acesso em 16/09/2017.

TRATADO DE LAUSANNE. Disponível em: treaties.fco.gov.uk/docs/pdf/1923/TS0016-1.pdf (em inglês). Acesso em: 16/09/2017.

SOBRE OS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Alexander Zhebit : É formado em Letras (tradução Inglês - Português - Russo) pela Universidade Linguística Estatal de Moscou (1973), doutor (1985) e livre-docente (1989) em História de Relações Internacionais e Política Externa pela Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da Rússia. Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concursado para a área de Estudos de Relações Internacionais (CFCH/UFRJ). Conferencista na área de Política Internacional, com ênfase em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais, atuando principalmente nos temas: Política externa da Rússia, BRICS, história de relações internacionais, política internacional, terrorismo internacional, segurança global e europeia, democratização e educação. Coordenador do Grupo de Pesquisa de Política Internacional (GPPI/UFRJ), do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso (LEPCáucaso) e do Projeto de extensão "Memória da Segunda Guerra Mundial". Membro da rede internacional Laboratoire Européen d'Anticipation Politique (LEAP).

Rodrigo Monteiro de Carvalho : É Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). mestre em História Comparada pela UFRJ e doutorando em Estudos Contemporâneos pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), da Universidade de Coimbra. É membro do Grupo de Pesquisa de Política Internacional (GPPI/UFRJ) e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso (LEPCáucaso).

Lorran Ícaro Moreira de Lima: É graduando de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assistente de pesquisa do Grupo de Pesquisa de Política Internacional (GPPI/UFRJ) e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso (LEPCáucaso).

Jorge Ferrer: É graduado em Arquitetura pela Universidade Federal Fluminense (UFF) Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Grupo de Pesquisa de Política Internacional (GPPI/UFRJ) e do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso (LEPCáucaso).